



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: .AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28 DE ABRIL DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Boa tarde. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 8ª audiência pública do ano de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br no link Auditórios On-line – auditório virtual. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente desde o dia 20 de abril de 2022 e no dia 22 e 23 de abril de 2022 no jornal *Folha de S. Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal www.saopaulo.sp.leg.br e poderão também ser feitas de forma presencial, como já estão sendo feitas aqui.

Informo que a sessão ordinária da data de hoje foi desconvocada para a realização desta audiência pública, o que permitirá ampla e democrática participação popular para a discussão do projeto, do substitutivo, PL 239/18, com duração de aproximadamente três horas, nos termos que dispõem o art. 134 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Nós temos a presença dos convidados do Governo, em todas as esferas, a quem convido para compor a Mesa o Sr. Cesar Azevedo, da SP Urbanismo; a Sra. Marília Pedroso Lucas; e o Coordenador de Contru, Sr. Serafim Fernando da Mota Soares.

Senhores, falarei rapidamente para vocês compreenderem como será o nosso trabalho. Nós vamos passar a palavra para os representantes do Executivo por até 20 minutos, para que todos tenham o espaço para falar. Os Vereadores da Comissão de Política Urbana têm cinco minutos, porque esta matéria está na Comissão de Política Urbana para audiência pública. Já os Vereadores que não são da Comissão de Política Urbana terão até três minutos; aqueles que se manifestarem também terão até três minutos, para dar o máximo possível de oportunidades para que todos possam falar.

Registro a presença deste Vereador, da Vereadora Ely Teruel, Vereadores Aurélio Nomura, Antonio Donato.

Tem a palavra o nobre Vereador Daniel Annenberg.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Boa tarde a todos e todas. Eu peço desculpas porque sei que não é usual, mas queria fazer o uso da palavra para pedir um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-Deputado Federal Mendes Thame, que foi Deputado Federal, Deputado constituinte, foi Secretário de Recursos Hídricos dos governos Mario Covas e Geraldo Alckmin, um perfeito e importante democrata, que faleceu hoje pela manhã.

Portanto, eu queria pedir um minuto de silêncio ao Deputado Mendes Thame, que era uma pessoa importantíssima para a nossa democracia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Daniel Annenberg. Peço aos senhores que fiquem de pé para que façamos um minuto de silêncio pela passagem do ex-Deputado Mendes Thame.

- Minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Convidamos o excelentíssimo Dr. Jairo Edward de Luca, 5º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, que retornou por volta de 9 horas agradecendo o convite e informando que não estará presente no ato, tendo em vista o ajuizamento de uma ação civil pública – e tenho aqui o número da ação – na qual o Ministério Público pede que seja a referida audiência precedida de ampla publicidade na forma do art. 86, Inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo.

Do ponto de vista do cumprimento da ampla publicidade, neste momento nós estamos tratando de outra audiência pública. O entendimento da assessoria da Mesa é de que nós podemos conduzir esta audiência pública.

Informo também aos senhores que não será a primeira nem a última audiência pública. Nós teremos uma segunda audiência pública e teremos outra, se for necessário. Portanto, não há pressa nessa discussão. Nós vamos fazer o máximo que puder para ouvir todos os segmentos e buscar algum tipo de consenso em algum ponto do projeto.

Vamos, então, ouvir a Dra. Marília Pedroso Lucas, assessora do Secretário Cesar Azevedo da SP Urbanismo.

A SRA. MARÍLIA PEDROSO LUCAS – Boa tarde, Srs. Vereadores, presentes.

Estamos aqui representando a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, especificamente a SP Urbanismo.

Eu faço parte dos Arquitetos da pasta e acho que as considerações técnicas que podemos colocar com relação à temática que será debatida por vocês hoje é que a ZOE foi definida como uma Zona de Ocupação Especial que mereceria perímetros específicos de uso e ocupação do solo, os quais incluem os parâmetros de incomodidade, que é o tema em questão.

Pelo artigo 15, enquanto não for definido o Projeto de Intervenção Urbana para o local, quem definiria os parâmetros para a ZOE seria a Câmara Técnica de Legislação Urbanística, a CTLU.

Dentro dos equipamentos urbanos que foram demarcados como ZOE, a CTLU já definiu parâmetros para alguns deles levando como base a área do entorno, a exemplo do estádio do Allianz, que foi definido pelo perímetro do entorno por CTLU, salvo engano em 2020.

Também temos outros locais demarcados como ZOE; e, diferentemente da legislação anterior revogada, a 13.885, que definia quais eram os equipamentos urbanos que estariam inseridos em ZOE e dizia que, por decreto, o Executivo poderia regularizar essas questões; a gente tem demarcado em mapa e inicialmente a questão de competência de CTLU.

Se a gente for verificar a questão do ruído e constatar o parâmetro fiscalização, que acho que será debatido pelo nosso colega da Subprefeitura, a gente tem um artigo que menciona exclusões à fiscalização de usos que não estariam submetidos à fiscalização do PSIU, que é o competente legal dentro da Subprefeitura para fazê-lo. E, dentro desse artigo, ele tem menções a eventos desportivos, shows de música e até eu coloco uma coisa para discussão. O evento desportivo foi encarado como jogo de futebol sendo evento desportivo, então jogo de futebol não é fiscalizado. Os shows de música estão enquadrados, porém não

está esclarecendo o decreto, aí ele busca o 17.521/2016, no qual não se tratou desses artigos específicos.

Então, tratando do exemplo que eu dei, a gente pode dizer: Caso o estádio mencionado esteja numa área de intervenção urbana, serão definidos os parâmetros por lá. Mas considerando a inserção desse estádio, ele está na Operação Urbana Água Branca.

A gente também tem que lembrar que a LPUOS fala: tem que obedecer aos parâmetros da Operação Urbana e ainda os parâmetros dessa lei. Então, ainda assim, estaria submetido aos parâmetros da LPUOS, de que a gente está falando no tocante.

Como representante da Secretaria, internamente, como SP Urbanismo, o que a gente tem a colocar é que as condições legais que existem hoje são essas. Condições referentes a parâmetros de incomodidade seriam questões técnicas, que eu acho que podem ser debatidas para amplificar, ou não, dependendo o que a população quero, o que o Executivo quer, porque a gente entende que é uma conversa conjunta entre a população e o Governo; e definir o quão tolerante a Cidade pode ser para um uso que está no período x.

Eu não quero entrar no mérito da questão do Contru mas, se você me permite, Serafim, quando o Contru dá os alvarás de local de reunião específicos para eventos e shows, que talvez seja o grande mote aqui, ele só segue o que a legislação impôs e a zona que foi determinada, por CTLU ou não, e complementa que as normas técnicas também devem ser atendidas.

E, por último, quando a gente olha o quadro de parâmetros de incomodidade na cidade de São Paulo, o parâmetro mais elevado é 65. Como arquiteta e urbanista, como a pasta, eu acho que a gente tem que considerar o seguinte: se você está na sua casa, passa um ônibus na rua, de quanto será que é esse ruído? Não sei.

Então, acho que há diversos temas a serem debatidos dentro desse mérito da legislação. Basicamente é isso que a gente tem a colocar e entender também o posicionamento da fiscalização, que eu acho que é um importante peso do entendimento, que nós sabemos que eles dependem também do regramento do Urbanismo Licenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Obrigado, Marina. Tem a palavra o Sr. Guilherme Higa, Diretor do Silêncio Urbano, do PSIU.

O SR. GUILHERME HIGA – Boa tarde a todos. Sobre a questão, é uma questão complexa. Como já foi falado aqui pelo representante de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Só um momento. Algumas pessoas nos assistindo e não estão entendendo o que é ZOE: Zona de Ocupação Especial. Na Lei de Zoneamento, ficaram demarcados territórios na Cidade para que, no uso, quando for transformado em alguma coisa, tenham parâmetros especiais. Por exemplo, todos os cemitérios da Cidade, todos os estádios, ginásios, Anhembi, Sambódromos, todos os quartéis. Essas áreas todas foram tratadas como Zonas de Ocupação Especial, porque têm características muito próprias. Só para que se entenda quando estiver falando.

No caso, nós estamos falando de Zona de Ocupação Especial – ZOE em ambientes onde tem shows, eventos, esportes. A Sra. Marina falou agora de ruído da Cidade, que vai de 45 na região residencial e 65 é o máximo nas zonas industriais. Nas zonas de eixo e zona mista, onde está, por exemplo, o estádio do Palmeiras e todo o entorno, o número de decibéis mais alto durante o dia todo é de 55. Portanto, deixar claro porque senão a gente vai falando e o pessoal começa a não entender.

Quem mora no residencial, por exemplo, Jardim Europa, Lapa, etc vai conviver com 45, quando for o máximo, 55 em algumas situações específicas. Então, chama incomodidade.

Tudo isso é bastante relativo. Hoje mesmo nós tivemos essa conversa tratando exatamente disso. Depois que veio o Waze, quem mora na zona residencial passou a ter o seu viário transformado em passagem de Uber, de táxi, de qualquer um, de todos nós, porque nós fazemos os cortes por dentro das zonas residenciais, mudando completamente esse ambiente de sossego urbano nessas regiões.

Então, a Cidade é viva e as coisas vão mudando. Por isso é importante a gente passar essas informações. Mais alguma coisa que as pessoas não estão entendendo? As pessoas que estão aqui, com certeza, conhecem; mas nós estamos recebendo informações de

que, às vezes, a fala deixa dúvida por causa da terminologia técnica.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Sr. Presidente, só uma pergunta rapidamente. Todas as áreas de ZOE vão ter os parâmetros incomodidade aumentados ou serão só aquelas áreas com estádios?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não. Nós estamos tratando aqui especificamente daquilo que são as atividades de eventos, de shows, que se mantêm por mais tempo. Vou dar um exemplo, Vereador Daniel Annenberg: eu fui pessoalmente, portanto não é informação. Nós ficamos lá medindo o ruído do Aeroporto de Congonhas, sentado onde ficavam os taxistas. Ali o ruído é muito acima do que o entorno, que tem 55; lá chega a 80, 85, até mais na chegada e saída de avião. Portanto, nós temos área de incomodidade na Cidade, como por exemplo, o Aeroporto de Congonhas.

Então, nas ZOEs, nós não temos ainda esse tipo de tratamento de qual é o ruído em cada um. O fato é que cada uma delas será transformada em Projeto de Intervenção Urbana e aí, durante a discussão do PIU, em audiências públicas, estabeleceremos qual é o ruído que vai ser permitido lá. É o caso, por exemplo, do Pacaembu, que tem um encontro – e está escrito no contrato da concessão – de que o ruído lá não vai ultrapassar os 55; do entorno todo, é 45.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Sr. Presidente, ainda na pergunta do Vereador Daniel Annenberg, se eu entendi o senhor corretamente, o projeto faria com que houvesse uma mudança nos decibéis atuais, para aumentá-los e, posteriormente, numa situação de PIU ou de alguma reestruturação urbana, seriam considerados esses decibéis. É isso? Está correto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É verdade. A Vereadora Cris falou de um assunto importante.

No texto está dizendo que até a aprovação de PIUs.

Então, Vereador Cris Monteiro, qual é a nossa discussão aqui hoje: se esse até fosse amanhã, e nós recebêssemos os PIUs todos aqui, nós estaríamos muito tranquilos. E o PIU depende de um ato que parte da iniciativa privada, que é proprietária daquele espaço, que

provoca o Executivo e encaminha um projeto de PIU. Se houver mudança de parâmetro, passa pela Câmara; se não houver mudança de parâmetros, vai por decreto.

Especificamente no caso do Palmeiras, que foi o objeto dessa situação toda, a edificação que começou em 2010 e que foi adiante, não usou nenhum parâmetro da Operação Urbana Água Branca que ela está dentro. Portanto, lá continua uma ZOE virgem. Portanto, nunca foi utilizado o parâmetro de operação urbana para fazer nada lá; foi aprovado antes da lei de zoneamento de 2016, quando demarcamos as ZOE. Então lá nunca foi utilizado. É tudo feito ainda pela lei antiga, com o plano diretor de 2002 e lei de zoneamento de 2004. E utilizou os parâmetros que, na verdade, não foi de edificação, era uma reforma que transformou tudo aquilo em reforma com aplicação e se transformou naquele estádio. É um absurdo? Claro que é absurdo. Mas a lei permitia? Permitia. Era dito que podia fazer reforma com ampliação do tamanho que quisesse. Por isso que nós mudamos depois. Depois da lei de zoneamento, isso ficou muito claro. Até então, era uma lei antiga. Então a construção que está lá foi feita pela lei antiga, no plano diretor ainda da gestão Prefeita Marta, e a lei de zoneamento, depois. Nada foi utilizado a partir daí. E, até agora, nós não temos PIU aprovado para lá. Nem lá, nem Morumbi, nem Sambódromo, nem ninguém. A única ZOE que está demarcada hoje que tem parâmetro de incomodidade é o Pacaembu.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Presidente, outra pergunta.

No caso específico em que já temos um problema, um estádio que está tendo shows acima dos decibéis aceitáveis para aquela zona, e no caso desse projeto não passar, o que aconteceria com esse local? Ele teria que ser fechado? Qual seria a solução?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereadora Cris, eu vou deixar para, logo em seguida, quando chegar o seu momento, faremos essa pergunta. Mas é o que está acontecendo lá.

O Palmeiras multado uma vez. Foi multado de novo. E aí tem a terceira multa. Então ele já tem três, e com perigo de fechamento. Portanto, a lei nova está sendo cumprida.

Em seguida, Vereadora, quando chegar o seu momento, fica mais fácil para

podemos manter a linha do raciocínio.

Vamos ouvir o Contru primeiro, terminando a parte do Executivo.

O SR. GUILHERME HIGA – Boa tarde a todos.

Eu sou representante do PSIU, sou o Diretor do PSIU hoje.

O PSIU é um órgão de fiscalização. E ele usa a legislação para a aplicação das penalidades previstas. E, no caso em questão, como já foi falado pelo Vereador, tivemos uma ação “fiscal” especificamente no Allianz sobre questão de ruído.

O PSIU é um órgão técnico de fiscalização. E ele trabalha com aqueles limites previstos na norma. No caso em questão, houve uma ação em relação ao Allianz, por exemplo. Não foi só lá, tivemos outros locais que são ZOE, sendo que um já tem PIU, na verdade, e por isso que também fizemos a ação. E existia um parecer de CTLU definindo quais seriam os parâmetros. As licenças são emitidas pela Secretaria de Licenciamento sempre especifica que tem que ser atendidos os parâmetros de incomodidade. E, com base na legislação, e nas penalidades já previstas, o PSIU age.

Na primeira vistoria, dependendo do porte da empresa, é feita a primeira autuação. Na segunda vistoria, uma segunda multa. E, na terceira vistoria, é feita a terceira autuação e o fechamento administrativo – que, no caso, foi a ação realizada.

Houve uma ação civil pública no Ministério Público, que solicitou as vistorias ao órgão de fiscalização. Então, atendendo ao Ministério Público, nós efetuamos as ações fiscais no local.

Bom, em princípio, eu acho importante a discussão sobre a questão técnica de limites de ruído, para ver o que é viável para a região em si. Eu acho que é uma questão que tem que ser bastante discutida. E nós, do PSIU, estamos à disposição para dúvidas técnicas que sejam pertinentes à nossa área.

É isso. Acho que não tenho muito mais o que falar. Acho que o pessoal de Urbanismo já falou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Com a palavra, o Coordenador de Contru, Sr. Serafim Mota.

O SR. SERAFIM FERNANDO DA MOTA SOARES – Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, senhores, senhoras.

Eu estou representando o Contru e o Secretário Marcos Gadelho.

O Contru, na realidade, é o órgão que cuida do licenciamento dos alvarás de autorização, dos eventos. E só para esclarecer: nós também usamos, por norma, a ABNT, que é a NBR 10151.

Só para esclarecer.

Os decibéis da NBR vão de 40 a 70. E a discussão em nível da Secretaria é que deve haver uma discussão entre a população, o Executivo e o Legislativo para se chegar a um denominador comum.

As licenças que emitimos é sempre com base na legislação.

A partir do momento em que se chega a um denominador comum, Contru vai atendê-las e vai emitir todas as licenças referentes àqueles parâmetros que foram aprovados. Caso os departamentos, os órgãos fiscalizadores, constatem que os eventos estão ultrapassando os decibéis, a fiscalização vai autuar e tentar disciplinar.

Então, na realidade, o Contru, a Secretaria SMUL, vem ao encontro do anseio de todos. Conforme o entendimento da população, do Legislativo e do Executivo, o Contru vai atender e vai emitir as licenças de acordo como vem sendo feito.

Eu acho que a Marília já esclareceu o funcionamento do ZOE e todo esse processo da legislação. Eu acho que não preciso me estender muito com relação à legislação.

O entendimento é o que vai derivar toda essa legislação nova que deve vir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Com a palavra, a Dra. Luciana Cecilio de Barros Vieira dos Santos, que está representando a Dra. Marina Magro, a Procuradora-Geral do Município, e que está presente virtualmente.

Luciana, muito obrigada pela sua presença.

Tem a palavra. Fique à vontade.

A SRA. LUCIANA CECILIO DE BARROS VIEIRA DOS SANTOS – Boa tarde, Vereador; boa tarde a todos e a todas presentes.

Agradeço a oportunidade de estar representando a PGM nesse debate importante. Em nome da Dra. Marina, fica o nosso agradecimento pelo convite.

Na verdade, eu queria somente complementar.

O colega de Prefeitura, do PSIU, fez uma observação em relação à fiscalização que foi realizada no caso concreto do Allianz.

De fato, hoje, o estádio tem recebido shows. Soubemos que, recentemente, no fim de semana, houve um show. Porque a questão dessa fiscalização foi judicializada, e, por uma liminar, o estádio está autorizado a realizar os eventos que não se enquadram nas exceções do art. 146 – mas, sim, se trata de megaproduções, enfim. Mas isso está acobertado por uma liminar que eles obtiveram da 3ª Vara da Fazenda Pública para a realização desses eventos.

Eu só queria pontuar que é em razão disso que tem sido realizados shows no local.

E também, como a representante da SP Urbanismo falou tecnicamente, é um debate importante. A cidade de São Paulo, como todas as outras, é uma cidade muito dinâmica. E São Paulo ainda mais, por representar a maior de todas elas. E esse debate é importante, porque os parâmetros de fato foram estabelecidos numa outra realidade. E por isso a necessidade desse debate para adequação da legislação.

De minha parte, era o que eu gostaria de falar.

Continuarei acompanhando. E ficarei à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado pela sua presença, Dra. Luciana.

Eu vou passar a palavra ao Vereador Donato, membro da Comissão de Política

Urbana.

E vamos alternar as falas dos Vereadores com a fala dos nossos convidados, para que possamos ouvir, ao mesmo tempo, os dois ambientes.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos e a todas.

Muito obrigado pela presença nesta audiência pública.

Quero cumprimentar o Presidente Paulo Frange, a Vereadora Silvia, os representantes do Executivo, os Vereadores que estão presentes virtualmente – a Cris, a Ely.

Eu acho que precisamos recapitular o que aconteceu aqui.

Numa determinada terça-feira, já no começo da noite, umas sete horas da noite, foi feita uma reunião de emergência aqui, chamada pelo Presidente da Casa, porque o Governo queria aprovar, em regime urgentíssimo, um projeto, se utilizando de um projeto de lei de um Vereador que já tinha passado em primeira votação – as votações aqui sempre são duas, com 48 horas de diferença entre elas, até para dar publicidade. Então já existia um projeto votado em primeira de um tema lateral – problema de recuo em igreja. Era um tema de lei de uso e ocupação do solo. E se utilizaria esse projeto para aprovar um texto que teoricamente resolveria o problema do Allianz Parque; e no texto se falava do Morumbi também.

A oposição não tocou esse procedimento, porque considerava que era um debate que precisa ser feito amplamente com a sociedade. Nós obstruímos. E, no dia seguinte, o próprio Governo recuou: decidiu que seria importante chamar as audiências públicas que nós reivindicamos. E nós estamos nesta audiência pública por isso.

O Governo apresentou um substitutivo oficial agora com duas linhas. E é bom lermos para sabermos o que estamos discutindo aqui. É um artigo.

“Acrescenta inc. III ao art. 169 da Lei 16.402/2016, com a seguinte redação: ‘no período entre 12 e 23 horas, o limite de pressão sonora será de 85 decibéis, até que sejam regulamentados os projetos de intervenção urbana disposto no art. 15, §1º desta lei.’”

Ou seja, todas as ZOEs da cidade de São Paulo terão esse limite de 85 decibéis.

Por absurdo, se no Cemitério da Consolação se quiser fazer um show, ele poderá ser feito, desde que ele vá até 85 decibéis. É isso que está escrito aqui.

Eu prestei bastante atenção, mas eu não consegui entender: eu não vi uma defesa do Governo desse texto. Eu queria entender por que o texto está sendo apresentado dessa forma, para resolver o problema, até onde sabemos, do Allianz.

O Allianz tem todo um debate com o Ministério Público, tem laudo do IPT. Ali deveria ser feita uma negociação entre as partes para mitigar os efeitos, e não mudar toda a lei, estabelecendo um limite absurdo de pressão sonora.

Porque eu aprendi nesse processo, Vereador Paulo Frange, que os decibéis se dão em escala logarítmica. Então, a cada quatro decibéis, dobra-se a pressão sonora. Então, quando se aumenta de 55 para 65, por exemplo, não se aumenta 10 ou 20%, está aumentando duas vezes e meia, ou três vezes, a pressão sonora naquele local.

Agora, o que eu acho mais absurdo ainda, se eu entendi o que está escrito aqui, e eu acho que eu entendi, é que ele não resolve o problema do Allianz.

E aí eu queria pedir ao representante do PSIU.

A incomodidade não é medida dentro do estádio, é medida na vizinhança. O fiscal do PSIU vai no apartamento em frente. Só que, em frente, é uma ZM, em que o limite é 55 decibéis. Então medir 85 decibéis dentro da ZOE não resolve problema nenhum, o PSIU vai continuar atuando, porque vai na rua em frente, vai atravessar a rua, no apartamento em frente, e, pelo estudo do IPT que existe, vai estar dando 65-64 decibéis quando tem show no Allianz. Então vai se mudar toda a legislação de incomodidade de ruído da cidade de São Paulo para resolver um problema, e não vai se resolver esse problema. Eu não consigo entender essa equação. Não consigo entender.

Então eu quero dizer que somos frontalmente contrários à mudança na legislação. O Palmeiras, a sociedade civil, o Allianz Parque e a Prefeitura se sentem. Se o Allianz tiver que fazer obras para mitigar, que faça, mas que a lei se cumpra. É isso que achamos que é o caminho correto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, membro da Comissão de Política Urbana.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa tarde a todas, todos e *todes*.

Como o Vereador Donato falou, nós fomos surpreendidos por esse projeto.

No dia que ele apareceu, a sessão estava praticamente terminando, quando recebemos a notícia de que nós iríamos votar um projeto em regime de urgência, que o Prefeito tinha pressa.

Nós estranhamos muito, porque no final de semana anterior, inclusive, havia tido uma partida de futebol na qual o Prefeito e outras autoridades estavam presentes. E o projeto chegou aqui também num pedaço de papel, escrito “malemal”.

Tentamos descobrir como esse projeto tinha chegado aqui, qual era o seu objetivo. Então estava tudo muito nebuloso naquele momento. E não restou a nós, da oposição, [outra coisa que não fosse] obstruir.

Nós obstruímos, falamos que não iríamos votar. Fizemos todo o processo de obstrução para que não fosse a voto esse projeto naquele dia. E o Governo viu que isso, inclusive, causou um mal-estar dentro da própria Câmara dos Vereadores e retirou o projeto.

Esta audiência pública é fruto dessa pressão que fizemos aqui dentro, mas também da mobilização da sociedade civil. E estou aqui com uma carta com mais de uma dezenas de associações de moradores, de entidades, que se mobilizaram contra esse projeto.

Então o nosso compromisso, em primeiro lugar, é com essa sociedade, que se organizou. E imagino que muitos dos que estão aqui presentes representam essa carta, onde dizem ser contrários às mudanças propostas, porque é um projeto que vai fazer com que a saúde pública, que inclui a saúde dos nossos ouvidos, seja negligenciada em favor de interesse privado – porque o que está em jogo é o interesse privado de empresas de eventos.

O Allianz Parque é administrado por uma empresa de eventos que quer fazer shows, mas não quer mudar a sua estrutura, não quer gastar os seus lucros, mudando a

estrutura do local onde são feitos os shows – porque é possível, sim, gastar alguns milhões e mudar a estrutura para que o som não passe para para as residências. Não querem gastar dinheiro e querem, simplesmente, que a Câmara Municipal mude uma lei para favorecer uma empresa privada. E a Câmara Municipal não tem que favorecer empresa privada; tem que favorecer a população que está dizendo que não quer ficar ouvindo 85 decibéis nos seus ouvidos até as 11 horas da noite.

Então, por conta disso, e o substitutivo que veio que é mais absurdo que o projeto original, porque o substitutivo é em todas as ZOEs. Esse projeto e esse substitutivo, em nossa opinião, são inadmissíveis. É inadmissível que a Câmara Municipal aprove um projeto desses.

É muito importante que tenha participação nesta audiência pública e que a sociedade se organize para não deixar esse projeto passar. Da nossa parte, vamos fazer o possível para que esse projeto não vá a frente, não vá a votos e não mude a legislação, porque vai prejudicar, sim, a saúde das pessoas que moram no entorno desses lugares que já aguentam vários obstáculos, porque é multidão, é fila, é gente que passa. Tem barulho, sim, mas que isso não ultrapasse os limites que hoje já existem.

Então, por conta disso, nós também nos colocamos totalmente contrários a esse projeto. (Palmas)

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Por nada.

Vamos ouvir, então, o Sr. Cláudio Vinícius Macedo, que representa o Sr. Luis Davantel, da Allianz Parque.

O SR. CLAUDIO VINÍCIUS MACEDO – Vereador Dr. Paulo Frange, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui representando o Allianz Parque, representando os eventos na cidade de São Paulo também.

Acho que é muito importante esclarecer, primeiro, alguns pontos do que significa ter esses eventos em São Paulo. Não são eventos que surgiram agora, com o Allianz Parque. São Paulo já é conhecida como a principal capital da América Latina, grandes eventos, grandes

shows. Isso já acontece há décadas, tanto onde era o Parque Antártica, quanto onde é o Allianz Parque hoje, como em outros espaços da cidade também.

Quando foi feita a Lei do PSIU, que ela foi focada muito na questão de bares, restaurantes e áreas que estavam entranhadas em áreas urbanas, foi feita para uma operação praticamente diária, uma operação que vira a noite em casas que são contidas, são fechadas. É muito diferente de uma estrutura de um sambódromo, de um estádio, que por mais que você possa fazer intervenções – e o Allianz Parque já tem muitas dessas, você tem regras, por exemplo, de abertura de portões que não podem ser fechados para entrada de ambulâncias e entrada de bombeiros que não tem como você mitigar ou cobrir isso para o som não sair e gera um problema de segurança ou deixa aberto pelas próprias leis da cidade.

Então, são ativos muito diferentes do que foi proposto na Lei do Psiu. Essa lei não foi dimensionada depois, repensada, para esses ativos que são eventos que têm início, meio e fim, periódicos, são eventos que acontecem de quarta até domingo e que geram toda uma cadeia produtiva na cidade de São Paulo, tanto do turismo quanto do entretenimento, quanto de diversão e lazer. Eu acho que todo cidadão paulistano quer ter os shows vindo para cá, os festivais; quer ter esse lazer perto de casa.

O que nós – pelo lado das empresas que trabalham no entretenimento – precisamos: ninguém quer aumentar o som. Não faz sentido. É um questionamento que tem acontecido muito. Não, ninguém quer aumentar. O som dos shows de 20 anos atrás é o mesmo som que é feito hoje e vai ser o mesmo volume de som que é feito daqui a 20 anos.

O problema é que, hoje, da forma como a Lei está escrita, a cada novo evento grande em São Paulo, quem está promovendo, está infringindo uma lei. É esse tipo de insegurança que o promotor não pode ter. Um grande show é fechado com 12-18 meses de antecedência. Imaginem se, em cada show que acontecer no meio desse caminho, eu tiver que dormir com o risco de ser embargado, quantos promotores e quantos artistas internacionais vão estar dispostos a fechar uma turnê em São Paulo, sendo que ele nunca tem a segurança se aquele lugar vai ser embargado ou não no dia seguinte? Porque a Lei, da forma em que

está hoje, permite que seja embargado, assim como foi o fechamento do Allianz Parque no show do Maroon 5.

Então, para a gente, trazer esse ponto da incompatibilidade da Lei do Psiu que foi criada para uma finalidade justa e que faz todo o sentido, mas que não é para os grandes eventos. Deveria ser considerado, assim como foi considerado no caso da construção civil, que foi criado um Decreto que abriu exceções para a construção civil porque se entende que gera emprego. Cada grande evento desse, a gente gera mais de 5 mil empregos, por exemplo, fora 45 mil pessoas que têm o lazer e a possibilidade de lá se divertirem.

Assim como foi feito para a construção civil, que é uma evolução para permitir que a cidade continue crescendo, continue gerando empregos e gerando oportunidades para o cidadão que mora lá, a gente entende que os grandes aparatos de esporte e entretenimento deveriam ter a mesma tratativa. Isso tem sido visto em outras cidades do Brasil e em outros países do mundo para poder garantir a tranquilidade e a segurança de quem trabalha nessa indústria, e poder continuar com São Paulo sendo a principal capital da América Latina para grandes eventos e grandes shows – tenho certeza que todo paulistano tem muito orgulho disso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Nós vamos ouvir uma Munícipe; em seguida, o Vereador Aurélio Nomura; depois, a Vereadora Sandra. Sra. Luciana Pereira Rocha. (Pausa) Não está. Sra. Mariana Ferraz.

A SRA. MARIANA FERRAZ – Boa tarde a todos, Srs. Vereadores, amigos presentes. Eu queria cumprimentar e dizer que concordo com a fala do Vereador Donato. Eu apoio a carta escrita pelas várias associações de bairro. Essa é uma questão de saúde pública. Foi falado que a lei foi definida numa outra realidade, mas acontece que o corpo humano, o design do ouvido não mudou nesse período. Então, aumentar a carga a que as pessoas estão expostas é um verdadeiro absurdo, porque as pessoas do entorno já estão reclamando. Ele explicou: o entorno é outro zoneamento. Ele tem que respeitar o que vai para os ouvidos e para

a saúde desse entorno imediato.

Existem casas de shows que respeitam a legislação, que foram criadas fechadas. Então, é possível abaixar o volume, sim. Na minha casa, eu tenho o mesmo direito que qualquer um, se eu começar a fazer barulho na minha casa, meu vizinho vai reclamar; eu vou ter baixar o som. Se eu quiser continuar colocando música alta, vou ter que colocar tratamento acústico, investir em tecnologia, ar condicionado, fechar janelas, para poder escutar. Eu vou ter que respeitar.

Então, não existe essa coisa da indústria. A indústria é importante, mas eles não estão fazendo show de graça, recebem muito dinheiro para fazer shows.

Foi falado, também, sobre o artigo 146, da Lei 16.402, aquilo não se aplica, porque é para quando passa ambulância, ou quando o evento é aberto, público. Não é para quem é um empreendedor da indústria do entretenimento.

— Eles têm que fazer as adequações; é possível, sim, diminuir a quantidade de caixas e fazer um acordo para ver o que eles podem melhorar para os vizinhos. Talvez, um Termo de Ajuste de Conduta, porque já estão instalados, mas há de ser uma solução que não seja aumentar os decibéis, porque aumentar...sou contra aumentar o substitutivo e o original do PL. ele vai criar um precedente e um vício, porque, depois, quando fizer o PIU ou passar em TTLU, já tem um precedente porque estava em 80. Então, dificilmente, vão baixar para o entorno. Isso é muito preocupante. Discordo completamente desse PL.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador João Jorge. V.Exa. quer falar?
(Pausa) Vereador João Jorge é Vice-Líder do Governo, e está Líder do Governo hoje.

O SR. JOÃO JORGE – Boa tarde a todos, Presidente. O Líder do Governo Fabio Riva pediu para que eu estivesse aqui. Ele ia tentar participar *on-line*. Não sei se conseguiu, mas vou fazer a minha fala como representante do Líder do Governo, mas, também, eu sou Vereador e sou representante de um certo número de eleitores e, também, de uma certa linha de pensamento.

Primeiro, o Governo Municipal acha, sim, que tem que mudar. Primeiro, o Prefeito e seu Secretariado ou parte do Secretariado, acha, sim, que tem que flexibilizar, que tem que rediscutir e que não é só um lado que tem direito, que os dois lados têm direito. Nós defendemos isso.

É muito importante – claro, a sociedade avançou, os cidadãos têm seus direitos. Os direitos são respeitados, mas nós não podemos fechar os olhos para a realidade. Vereador Paulo Frange, veja o caso do Allianz Parque ou de outro estádio ou outro local de evento, seja o sambódromo, seja Morumbi, no Corinthians acho que tem a distância das moradias, mas onde é mais perto, temos que entender algumas coisas. O próprio Líder estava me dizendo que foi ao show, não sei se foi no Maroon 5, que começou religiosamente às 8 e terminou às 10. Então, esse cuidado está sendo tomado.

É claro, como falou a senhora que me antecedeu, que se pode diminuir o som, mas pode diminuir o som e tornar o show absolutamente desinteressante. Ninguém a um show de rock com o som baixo.

Então, você tem que ter cada um na sua realidade. A igreja tem um som, a missa tem um, o culto outro, jogo de futebol é um, show de jazz é um, show de rock é outro, e temos que entender essa realidade. E temos que nos adaptar a isso.

Não são só, como disse o moço que me antecedeu também, 45 mil pessoas. São os empregos.

Eu ouvi a Vereadora do PSOL falar – respeito a Silvia. Ela é muito combativa. Acredita naquilo que ela defende, mas como se o interesse privado fosse pecado, como se o interesse privado não pagasse o nosso salário, Vereadores; é a iniciativa privada, com os seus recursos, dos seus impostos (Palmas). É claro que o interesse privado, é óbvio, que também tem que ser altamente considerado, pois gera emprego, gera entretenimento. Não é todos os dias. Isso não acontece todos os dias o show. O jogo de futebol não acontece todo dia.

Eu, também, Vereador Donato, palmeirense como sou, também preferia que tivessem menos shows e mais jogos no Allianz Parque. Mas temos que entender que, para ter

uma arena daquela que temos, precisamos, também, que a iniciativa privada que construiu tenha o seu retorno para poder continuar gerando emprego, gerando riquezas.

Sim, vai ser considerado, e nós vamos considerar a situação do morador. Acabei de falar: os shows têm terminado por volta de 22h. O senhor sai numa avenida antes das 22h e vê quantos decibéis são. Nós não estamos dizendo que tem que ter todos os dias shows, todos os dias, 80-85 decibéis, só no ouvido de quem está mais perto ali.

Outra coisa importante a ser considerada, Srs. Vereadores e Sr. Presidente, nós que vamos votar: a ZOE é naquele pedaço, exatamente, onde está o estádio. Se pegar a Turiassu, que agora é Palestra Itália, do outro lado da rua é outro zoneamento. A partir dali, você considera o bar que está ali, por exemplo, tem que respeitar a classificação em que está inserido. Enquanto do Palmeira no Estádio, pode ser que por uma ou duas quadras ainda pega um som. Eu vou tanto a shows quanto a jogos de futebol. Quando se está do lado de fora não é esse exagero, essa reclamação toda por duas horas.

Acho que a gente tem que mudar. É a realidade. O mundo todo quando percebe que tem que fazer alguns ajustes, faz. E nós temos que fazer também.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente.

Eu acho que estamos no início dos debates, mas, preliminarmente, eu sou contrário à aprovação desse projeto. Faz-me lembrar que, em 2013, o Vereador Andrea Matarazzo e eu apresentamos um projeto que exigia que a Prefeitura, uma vez aprovado esse projeto, teria 7 anos para elaborar um mapa de ruído urbano na nossa cidade.

Qual a ideia da construção do mapa de ruído? Ele iria possibilitar à Prefeitura um diagnóstico de ruído territorializado, além de orientar nas questões de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida, qualidade ambiental e urbanística da nossa cidade. Esse era o intuito.

Nós conseguimos aprovar esse projeto em 2016. Ele - por uma série de circunstâncias, inclusive, políticas – não foi regulamentado; só foi regulamentado no dia 03/05/2019, pelo Prefeito Bruno Covas. Ele me chamou no gabinete. Falou que tinha conversado com algumas entidades, como a Associação Brasileira para a Qualidade Acústica, Pro Acústica, com a qual já realizamos, na Câmara Municipal, quatro ou cinco seminários em relação a essa questão.

E, sem dúvida nenhuma, iria balizar uma condição satisfatória para apresentar à cidade de São Paulo como, vamos dizer, um plano diretor, pelo qual se poderia, uma vez analisados todos os problemas, as circunstâncias, você teria condição de mitigar aqueles ruídos, com certeza. Em todos os lugares do mundo onde foi implantado o mapa de ruído e, posteriormente, discutido como fazer a redução desses ruídos, todas as cidades foram unânimes em reconhecer que houve um avanço muito grande com relação a essa questão do ruído. Nós podemos citar, por exemplo, um caso que aconteceu em Lisboa. Depois do mapeamento acústico da cidade houve, seguramente, uma redução e um melhor conforto acústico nessas cidades.

Nós temos diversas cidades do mundo, como Bogotá, Medellín, que falam de um estudo que foi feito quando daquela liberação ou não dos ruídos do minhocão, e que, uma vez com algumas ações que foram realizadas no minhocão, houve uma redução muito sensível com relação ao barulho. Só para terem uma ideia, ele media de 69-76 decibéis e baixou para 59-70. Veja que teve um avanço muito grande. Isso utilizando toda uma condição que você tem para mitigar e melhorar essa acústica na cidade de São Paulo.

Então, eu acredito que estamos numa discussão profunda. Eu acho que nós temos essa questão da ZOE para ser discutida, mas não dá para discutir a ZOE de uma maneira geral. São tantos decibéis e pronto, ou vai fazer depois. Não. Até para permitir que tais e tais empreendimentos possam ser implementados nas ZOE é importante que essa questão da incomodidade seja avaliada com um olhar mais profundo com relação a isso. Porque o que vemos é que se não fizermos absolutamente nada, não analisarmos e não criarmos um projeto

para a nossa cidade com relação a um programa da poluição sonora não iremos resolver o problema.

Acredito que esse projeto apresentado não resolve o problema da nossa cidade com relação às ZOEs. Era isso o que eu queria dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado, Vereador Nomura. Com a palavra a Vereadora Sandra Santana.

O SR. RODRIGO GOULART - Pela ordem, Presidente. Gostaria de confirmar a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Okay, Goulart, em seguida.

A SRA. SANDRA SANTANA - Boa tarde, todos os colegas Vereadores, todo o público que está presente na sessão, sociedade civil, empresariado, promotores de eventos, todos aqueles que nos assistem. É muito bom poder ver a quantidade de pessoas que está participando neste momento desta audiência.

Presidente, estou ouvindo atentamente os colegas e os representantes e gostaria de trazer uma reflexão para todos nós. A primeira é que estou muito feliz que a gente já venha percebendo há algum tempo a disposição do Poder Executivo em ouvir, em promover o espaço de debate para receber, não só a audição dos Vereadores, seja da Situação ou da Oposição, mas principalmente da sociedade civil.

Isso é um grande avanço dessa gestão nesses últimos anos, que começou com o Prefeito Bruno, Prefeito João, enfim, e está seguindo se expandindo com o Prefeito Ricardo Nunes. O diálogo é aquilo que existe de mais importante em qualquer situação.

Faço parte da Comissão Extraordinária de Desenvolvimento ao Turismo, Lazer e Gastronomia e discutimos muito a questão dos eventos, do lazer e do turismo. E São Paulo é uma cidade que tem uma vocação incrível para o lazer, para o turismo, para os eventos e sofreu muito com a pandemia, inclusive.

Então, há nos grandes eventos a possibilidade de gerar, dependendo do evento, oito, dez mil empregos diretos e indiretos. Isso faz toda a diferença para aquela pessoa que

está desempregada, para a pessoa que trabalha já na área da cultura, na área de eventos, nesses espaços todos.

É muito providencial a fala do Vereador Nomura, quando diz da questão da regulamentação do mapa de ruído na cidade de São Paulo. Isso seria extremamente importante, se pudéssemos ter esse mapa. Só não sabemos quanto tempo levaremos até chegar ao final de um estudo desse para que seja implementado esse mapa na cidade de São Paulo. Espero que possamos começar esse mapa rapidamente, Vereador Nomura, porque seria o ideal, o mais interessante para todos nós.

Mas, nesse momento, temos também de, além de olhar para a necessidade da população que mora no entorno - e aí eu não vou falar de áreas, eu vou falar de todos os lugares em que há eventos; eu, até há bem pouco tempo, morava bem próximo ao Allianz, frequentava o Allianz em *shows*, enfim, até pela facilidade de estar perto de casa - mas essa preocupação que eu quero trazer: de um lado a população, mas de outro, daqueles que geram renda, emprego e fazem a nossa cidade ser o que ela é. Uma cidade com a vocação para o turismo, para os eventos, que gera renda e emprego e traz divisas para cá.

A preocupação maior, inclusive, é que estamos perdendo muitos serviços para outros municípios. Então, trago neste momento essa reflexão para que possamos não menosprezar o pedido da população, mas também ter um olhar para que eles, que dependam desses empregos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigada, Vereadora Sandra.

Com a palavra o Vereador Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART - Boa tarde, Presidente. Primeiro quero perguntar se estão me ouvindo bem, porque estou em trânsito e se não estiverem, eu mudo de local.

A SRA. SANDRA TADEU - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Estávamos ouvindo bem, Vereador. Sim?

A SRA. SANDRA TADEU - Gostaria também de falar depois. Vereadora Sandra

Tadeu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Está *okay*. As inscrições já estão encerradas?

Vereador Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART - Obrigado, Sr. Presidente. Quero iniciar dizendo que eu, como a Vereadora Sandra Santana, o Vereador Donato e outros Vereadores também compoño a Comissão de Turismo, Lazer e Gastronomia e Eventos, portanto, somos totalmente favoráveis que a cidade tenha muito incentivo ao turismo, ao lazer, à gastronomia e aos eventos.

Agora, temos de ter um certo tipo de controle sobre esses eventos. Não podemos fazer com que os eventos se sobreponham às leis de incomodidade. Ouvi alguns dos discursos e me preocupou bastante quando ouvimos falar da incomodidade. Até questiono os técnicos que estão aí, se não me engano a lei de incomodidade não tem restrição de horários. Se há incomodidade em qualquer horário do dia pode haver a fiscalização.

Outro ponto que me preocupa muito é que eu quando jovem, nem carteira de habilitação tinha, ainda acompanhava alguns amigos em campeonatos de som. Não sei se os senhores e as senhoras conhecem, mas nesses campeonatos de som a um metro e meio se coloca o microfone para medir a pressão sonora que existe nos carros. E para se alcançar uma medida como - 85 eu não digo - mas cem decibéis a um metro e meio de distância daqueles paredões de som, tem de ter uma pressão sonora muito grande. Então, imaginem 85 decibéis na porta do reclamando. Não são 85 decibéis ao lado da caixa de som.

Então, são alguns pontos que temos de levar em consideração para essa discussão. Não descarto que possamos votar esse projeto, mas sim devemos nos ater a todo amparo técnico, legal e de saúde, como todas as preocupações.

Quero dizer mais uma vez que não sou contra a realização dos eventos e sim, gera emprego, gera renda. Mas, temos uma preocupação também com um grande espaço de eventos que há na cidade e todos sabem, que é o Anhembi. O Anhembi, para quem não sabe,

possui um TAC entre a SP Turis e a Secretaria das Subprefeituras de não realizar certos tipos de eventos.

Temos outro grande espaço de eventos na cidade, que é o Autódromo de Interlagos. Mas, o Autódromo de Interlagos precisa cumprir a sua função social, que é a realização de eventos e esporte a motor. Então, temos de tomar muito cuidado também com esses outros equipamentos que estamos discutindo.

Não vou citar os nomes, para que não levem como uma questão de paixão turística, mas temos de tomar muito cuidado com essas alterações, não importa para qual equipamento seja. É mais uma lembrança que trago, Presidente, sobre essa questão do Autódromo de Interlagos, para que possamos pensar em todas as ZOE's e não somente em algumas específicas.

Acredito que seria só isso. Espero que possamos discutir ainda mais esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado, Vereador Goulart.

Com a palavra Fábio Cabral, do Conselho Participativo Municipal da Sé. Fábio Cabral, que está na galeria, tem a palavra.

O SR. FÁBIO CABRAL - Boa noite a todos os Vereadores, à sociedade civil aqui representada, aos representantes da Secretaria Municipal de Licenciamento.

Eu gostaria de primeiro citar o Art. 5º, da Lei Orgânica do Município, que diz que o Poder Municipal pertence ao povo, representada através dos senhores que estão presentes hoje.

Dito isso, gostaria de ler uma carta, acredito que seja a mesma que a Vereadora tenha em posse, que representa diversas associações e conselhos representados aqui pelo documento. "A proposta do substitutivo do PL 239/2018, de autoria de liderança do Governo, que altera na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo parâmetros de incomodidade por ruído na Zona de Ocupação Especial, a ZOE, da cidade de São Paulo é de grande irresponsabilidade com a população que mora no entorno às áreas multiusos, estádios ou clubes que estão em ZOE.

A exposição da população ao ruído aumenta face ao crescimento desordenado da cidade do ruído causado pelos grandes eventos realizados próximos de residências e do tráfego de veículos; do ruído aeroviário da implantação e empreendimentos que impactam negativamente seu entorno, além de não cumprimento das leis e o desrespeito às boas normas de convivência mútua.

A Organização Mundial da Saúde, OMS, trata a questão de poluição sonora como um problema de saúde pública. Seu impacto sobre a saúde dos cidadãos e cidadãs vai desde a perda auditiva induzida pelo ruído, zumbido e outras consequências extra auditivas, como: doenças cardiovasculares; hipertensão arterial; prejuízo cognitivo, inclusive em crianças, interferindo no aprendizado; alterações endócrinas; perda de sono; irritabilidade; dores de cabeça; etc.

A atual legislação estabelece os limites de ruído por não avaliar a incomodidade que ele provoca. A capital paulista não conta com uma política pública de combate a ruído, com exceção do Programa do Psiu e a legislação existente é anacrônica e limitada. Dados, como por exemplo, a sede social da Sociedade Esportiva Palmeiras, o Allianz Parque”, que já foi citado aqui, “estão localizados numa ZOE. Essa ZOE está em bairro residencial, entre ZM, ZEM, ZEU, ZC, por deliberação da CTLU, SMUL. Os parâmetros de incomodidade da ZOE do Palmeiras seguem os parâmetros da ZM.

Os moradores das ruas do entorno dessa ZOE já sofrem grande incomodidade com o ruído excessivo de alguns eventos realizados nesses locais e a busca da solução para esses problemas está sendo conduzida pela 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da Capital, por meio de inquérito civil de nº 315/2016.

A proposta do substitutivo do PL 239, que tramita na Casa altera para RLA equivalente a 85 decibéis o limite de pressão sonora estabelecido entre 12 e 23 horas”, como já dito anteriormente. “Atualmente os limites de ZOE são das sete às 19 horas, de 60 decibéis; 19 às 22h50, 55 decibéis; 22 às sete da manhã, 50 decibéis.

Então, essa proposta altera de 50 para 35, em média, os limites de incomodidade

por ruído até às 23 horas. Para os moradores e para associações de conselhos dos territórios onde há ZOE é inadmissível uma mudança na legislação que vai contra os preceitos de saúde coletiva para atender interesses privados, assegurar lucro para poucos em detrimento da saúde da população.

Pedimos aos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras que essa proposta e qualquer outra sejam rejeitadas pelo bem do povo. Será de grande valia para a população de São Paulo que o Executivo, com a participação do Legislativo, agilize também a produção do mapa de ruído urbano do município de São Paulo, instituído pela Lei 19.499, de 2016.”

Assinam este documento: moradores do entorno do Allianz Parque; movimentos de moradores da Água Branca; Movimento Defina São Paulo; Associação dos Moradores e Empresários do Sumaré, Perdizes e Pompeia, Barra Funda - AMESP; Associação Barra Funda Viva; Amigos do Novo Mundo Associados; Associação Amigos do Jardim das Bandeiras; Associação de Moradores da Vila Mariana; Associação dos Moradores do Entorno do Aeroporto de Congonhas; Associação Nova Guarapiranga; Associação Viva Moema; Associação Viva Pacaembu; Associação Viva Paraíso; Sociedade Amigos da Cidade Jardim; conselheiros e conselheiras do Conselho Regional do Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Cultura da Paz, o Cades Lapa; Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura da Sé; conselheiros e conselheiras participativos municipais da Lapa; conselheiros e conselheiras do Grupo Gestão de Operação Urbana Consorciada Água Branca; conselheiras e conselheiros do Conselho Municipal de Política Urbana, a CMPU; e participantes do Conselho de Segurança, Conseg Perdizes.

Muito obrigado, Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Eu que agradeço. Muito obrigado.

Vereador Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY Caro Presidente Paulo Frange, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que hoje comparece aqui, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Câmara Municipal, especialmente a Comissão de Política Urbana, por realizar

esta audiência, que está ouvindo as diversas partes.

Como Antonio Donato já expressou, acho que podemos quem sabe chegar a um entendimento que venha a considerar a precaução com a saúde das pessoas, pois sabemos que o horário de sono das pessoas, para as crianças especialmente, começa mais cedo.

Eu, por exemplo, sou um apreciador das canções, das músicas, inclusive do *rock*, tenho dois filhos que são cantores, que gostam de cantar. É fato que é muito importante para a apreciação dos *shows* que levemos em conta o adequado som.

Mas, é preciso também respeitar as pessoas que moram em torno de estádios como o Allianz Parque. Que bonito que é o Estádio do Palmeiras. Eu próprio, como torcedor do Santos, também gosto de ir ao Allianz Parque ver um bom jogo de futebol. Inclusive, nós, Vereadores, jogamos futebol lá, não sei se todos sabem disso. Mas, até chegamos a fazer jogos de Vereadores versus servidores, e às vezes, misturando os times.

Mas, sobretudo, acho que é preciso sim se levar em conta o prejuízo para a saúde das pessoas. O nível de ruído acima de 55 decibéis gera consequências diretas para a saúde das pessoas, queda da qualidade do som, aumento do estresse, irritabilidade. E, mudando de 85, das 12 até às 23, é uma tentativa de viabilizar a permanência dos *shows*.

Porém, é importante ouvir os especialistas. A partir de 50 decibéis, a cada dez decibéis o ouvido humano sente a intensidade dez vezes mais o aumento. Então para se aprovar um projeto de lei que irá gerar consequências tão relevantes é importante que sejam considerados os aspectos levantados pela comunidade local, inclusive pelas entidades que assinaram esse documento, já mencionado pela Vereadora Silvia e agora há pouco por um dos representantes das entidades.

Espero, Sr. Presidente Paulo Frange, que essa audiência e, se for necessário, mais uma, colaborem muito para chegarmos a uma solução de interesse maior de toda a população de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado, Vereador Suplicy.

Próximo representante o Sr. Júlio César (Pausa).

Presidente do São Paulo Futebol Clube, Márcio Carlomagno. Márcio Carlomagno está conosco? (Pausa)

Marcelo Pinto, Diretor do Autódromo de Interlagos. (Pausa)

O SR. MARCELO PINTO - Boa tarde.

Hoje eu venho falar em nome do Autódromo de Interlagos e a importância evidente em evoluir a legislação da incomodidade. Lá no Autódromo a gente sofre muito. A vizinhança do entorno sofre com alguns eventos e a gente vem tentando minimizar, tentando mitigar esse impacto.

Mas, como disse o Vereador João Jorge, precisa evoluir e precisa trazer à realidade atual, atualizar a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Marcelo. Nos vimos hoje e ontem, não é Marcelo? Você está frequentando muito a Câmara. Tem a palavra Elias Zaquieu do grupo de moradores da zona Norte, obrigado pela sua presença.

O SR. ELIAS ZAQUEU – Boa tarde a todos. Faço parte de um grupo de moradores da zona Norte, São Paulo, que sofre com os problemas do Anhembi, de Campo de Marte e outros. No meio do processo em que nós estamos avançando em relação ao Campo de Marte, surgiu esse PL. E nós, há anos, brigamos e tentamos fazer com que cumpram pelo menos os 55 decibéis, mas não cumprem. O Geraldo, participante do nosso grupo, fez vários contatos com o PSIU, e eles conseguiram. Mas é uma pena, a legislação PSIU está fazendo o que pode, mas a legislação não consegue pegar o evento à noite, só pode ser no dia seguinte, ou seja, a forma de fazer o controle é completamente deficitária.

Nossa preocupação é tentar chegar nesse consenso porque, na verdade, todos aqui estão lidando com números, e esses números de decibéis foram estudos de saúde, de saúde pública. Saúde não se discute, isso é unânime, não tem como negociar porque esses valores foram estudados, um período x com tantos decibéis e tal, são números. Então, quantos são? Não sei quantos decibéis, a gente não sabe, ninguém sabe. A advogada do grupo vai me

perdoar, mas 84, 85 decibéis é um liquidificador a todo volume na sua sala, isso são 85 decibéis que estão vindo do evento a mil, dois mil metros, que é o acontece em nossa região.

No Anhembi a gente conseguiu uma TAC, uma TAC que já foi citada, para que houvesse esse limite. Agora já existe a PIU do Anhembi por causa da concessão, que também foi limitada aos 55 decibéis. Ou seja, existem projetos que estão para entrar agora, estamos em negociação com eles por intermédio de várias instituições para que, de alguma forma técnica ou tecnológica, se chegue à possibilidade de se fazer eventos sem criar incomodidade e problema de saúde. Não vamos falar aqui: ah, isso me incomoda, isso é ruim, eu não gosto. Isso não tem negociação porque isso faz mal. Tenho uma amiga ali, ela toma um remédio para depressão por problema do ruído.

Essa questão da legislação, no início da revolução industrial, na Inglaterra, houve no boom do crescimento das indústrias com a poluição, começou, teve de morrer gente na rua por problema de aspiração, por problemas de saúde, e aí pensarem: opa, precisamos criar uma lei, está morrendo um monte de gente. E agora nós vamos voltar atrás? A lei é a lei, a lei foi criada por uma questão de saúde, isso não podemos negociar!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Elias. O próximo é Rodolfo, da GL Eventos.

O SR. RODOLFO ANDRADE – Boa tarde, Sr. Presidente, Dr. Paulo Frange, à Mesa que constitui e todos os presentes, em nome da nossa empresa e de grupos.

Estamos aqui na cidade de São Paulo há alguns anos atuando nesse mercado. Entendemos que o entretenimento é uma locomotiva para a cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo tem como principal destino esse segmento no hemisfério Sul, aqui nas Américas. E o que temos de trazer ao entendimento, como o Claudio do Allianz Parque comentou, é que a nossa agenda comercial é muito dinâmica e uma agenda de longo prazo. Então quando temos sensibilidade jurídica e uma boa estabilidade para que os promotores possam promover empresas como a nossa, tendemos a criar e desenvolver projetos para que a Cidade, cada vez

mais, possa receber esses grandes eventos.

A Economia vive da Cidade, e na parte de entretenimento ela tem uma grande receita. Temos internamente, dentro do grupo, um estudo e se comprova muito fácil, depois de 15 anos no Brasil, que 15% que uma cidade como São Paulo, quando promove naquela semana ou naquele dia daquele evento, 15% fica no destino do evento; os outros 85% estão na cidade, estão nos empregos, estão na hotelaria, nos bares, serviços e restaurantes.

Então o que temos de trazer a todos é o entendimento de que a Cidade, há anos, tem isso como vocação há anos, e ela precisa se renovar e atentar que esse é o futuro para o mercado de entretenimento.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Próxima oradora, Vereadora Sandra Tadeu, nossa Vereadora emérita.

A SRA. SANDRA TADEU – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Colega Paulo Frange, que hoje preside esta audiência pública.

O que queria dizer aqui é o seguinte: nós não podemos deixar de pensar na questão da saúde pública, que é algo importantíssimo porque não adianta eu ter tantos mil empregos, tantos shows e tantas coisas se não prezarmos pela saúde pública. Ou seja, tem que ter mais estudos e já têm esses estudos até pela ONU.

Mas há outra questão que quero deixar clara, é a seguinte: o antigo Parque Antártica, o meu motorista estava me falando agora, em 1990 faziam um tal de *show black chic*, não sei o quê. Ou seja, naquela região ou em outras já havia esse tipo de show, mas se construíram prédios, prédios e prédios. Agora, uma coisa que eu acho é que nós, Vereadores, e a própria Prefeitura, ela tem que ter uma cautela pelo seguinte: quando a W Torres fez esse prédio, fez acerto com o Palmeiras, tinha a pretensão de fazer shows, de fazer esse trabalho, eu acho que deveria ter pensado num modelo acústico para isso. Se você vai a alguns estádios fora deste País, aquilo é imenso, você não ouve um barulho. Na Times Square, você vê lá uma

muvuca, mas não se ouve um som lá fora.

Agora, se a pessoa está fazendo um contrato em que espera trazer shows, fazer esse tipo de negócio, me desculpe, aqui neste País, as pessoas fazem e depois vão discutir o problema que vão causar, em vez de já fazer a obra e pensar: não vamos ter problemas. Não, têm problemas. É como o Aeroporto de Congonhas que, quando eu era criança e vinham parentes de Portugal, parentes da minha avó, para a criançada a festa era ir ao Aeroporto de Congonhas. Aquilo era mato, coisa de 60 anos, era mato para tudo quanto é lado, e todo mundo foi construindo no entorno do próprio Aeroporto. Assim é com o Pacaembu, assim com o próprio Morumbi, não tinha nada quando foi construído aquele estádio. Mas hoje há muitas técnicas, o próprio Pacaembu vai fazer um show, em começo de junho, e já estão preparando um tipo de uma acústica diferenciada, e as pessoas tem de pensar nisso.

A cidade, vamos pensar, muda a cada 10 anos, o que era um bom serviço, hoje é outro. A cidade é dinâmica, muda, mas a gente não pode ficar aqui na Câmara, aparece um probleminha: ah, vamos fazer outra lei para corrigir esse problema, já temos de estar preparados porque, muitas vezes, você faz a lei, as pessoas estão atrás daquela lei, só que daqui a pouco muda o Governo, muda as atividades e a lei não serve mais.

Na verdade, precisamos ver realmente alguns pontos do projeto, principalmente o que está ligado à questão da saúde pública. E mais, Sr. Presidente, temos de questionar junto à Prefeitura os alvarás de construção. Temos de brigar muito pela questão da acústica desses lugares.

Era isso que eu tinha a falar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigada, Vereadora Sandra. Com a palavra Lourdes Varem, da Associação de Moradores da Vila Bianca, Casa Verde. Obrigado pela presença.

A SRA. LOURDES VAREM – Eu que agradeço, obrigada a todos pela oportunidade de estar aqui. Nós viemos num singelo grupo da região da zona Norte,

infelizmente a maioria dos componentes está trabalhando. E eu queria aqui ressaltar que nós, moradores do entorno, das adjacências, do Campo de Marte, Anhembi, Sambódromo, somos logicamente desfavoráveis à aprovação desse projeto.

Não é só uma questão, como pontuou o nosso amigo, de aumento de decibéis para 85. Lá na região, pelo menos onde eu resido, são 55 decibéis e não estão conseguindo cumprir. Para o morador acionar o PSIU, não é uma coisa tão fácil assim. Temos utilizado os veículos disponíveis pela Prefeitura, o 156 e outros que, eventualmente, nos orientam a ligar para a polícia, mas não é uma coisa fácil porque você tem que comprovar que aquele som está chegando na sua casa, está chegando dentro da nossa residência, e ainda tentar demonstrar de qual casa de espetáculo ou estabelecimento esse som está vindo, não é tão fácil assim.

A questão da saúde, como o meu amigo pontuou, não é uma coisa que dá para discutir. Nós temos idosos, temos crianças, temos bichos e também não é só uma questão do horário do som, tem até helicóptero porque como há área descoberta, vão lá também para conseguir documentar. Tem também a chegada das pessoas para o show, tem fogos de artifícios, eventualmente antes ou depois do show.

Então, eu sou totalmente favorável ao progresso de São Paulo, orgulho-me muito de morar nesta Cidade. Eu também sou frequentadora de shows, também sou adepta de toda essa alegria, favorável a todos os trabalhadores do segmento. Entretanto, convido-os a descobrir uma forma de equacionar essa questão: será que não está na hora de investirem num equipamento acústico mais adequado, em coberturas? Fala-se muito que a população foi para o entorno, e aqui eu represento diversos bairros, alguns há dois quilômetros de distância e que já estavam lá muito antes do Sambódromo, antes do Campo de Marte ser utilizado, além das aeronaves de começar a ser utilizado para shows. São pessoas, não é apenas uma questão de estatística, de números, são idosos, são pessoas que ali têm suas raízes e que não gostariam de se mudar.

Então, para finalizar, me desculpem estar falando tanto de forma exemplificativa, mesmo morando há dois quilômetros de distância, quando tem um show, e eu moro numa

região alta, eu ouço esse som, apesar de não gostar da música e a minha janela treme! O que é isso? O que é que nós queremos para nossa cidade? E uma Cidade que tem toda uma vocação econômica, que é um polo turístico. Conheço outros locais do mundo também, e eu acho que temos tudo para desenvolver São Paulo, mas respeitando o meio ambiente, uma São Paulo de que possamos nos orgulhar tanto na questão econômica quanto na questão de ser um lugar para que nós, moradores, vivamos em paz!

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra Mark Zammit da GSH.

(Pausa) Vereadora Cris?

A SRA. CRIS MONTEIRO – Sim, tudo bem, eu espero, é que eu havia me inscrito antes da Vereadora Sandra, mas não tem problema, só quero confirmar que estou inscrita, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Será a próxima, em seguida, já chamo.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada.

O SR. FELIPE – Boa tarde a todos, meu nome é Felipe, falo em nome do Mark, em nome da GSH, que é uma empresa que faz toda operação de alimentos e bebidas de grandes eventos e shows. E no caso específico do Allianz Parque, nós somos responsáveis por toda operação de alimentos e bebidas do estádio.

Gostaria de retomar primeiro, de levantar uma reflexão trazida agora pouco, dar um exemplo direto da nossa operação que, em média, num grande show, num grande evento, nós temos 1.600 colaboradores diretos na nossa operação. São mais de 200 mil reais por evento que são injetados diretamente na Economia, somente em mão de obra, e acho que é um valor relevante. Somente no mês de abril agora, nós tivemos mais de 10 mil vidas impactadas, foram mais de 10 mil funcionários que trabalharam diretamente em nossa operação, auxiliares de cozinha, garçons, operadores de caixa, ambulantes, são vidas que dependem diretamente desse setor de eventos, um aspecto diferente do que foi levantado aqui. Não é simplesmente um interesse do setor privado, de uma empresa específica, vai além disso, é toda uma classe

de trabalhadores que dependem totalmente do setor de eventos e que vive disso. Temos de olhar por essa ótica, é muito importante porque não é só o interesse privado, há um interesse social sobre essas pessoas que dependem, que trabalham para esse setor e têm suas vidas trabalhando nesses eventos.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Também está presente conosco o Vereador Roberto Tripoli. (Palmas) Também presente, está aqui conosco o Vereador Eli Correia.

Tem a palavra a Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Quero agradecer a palavra. Boa tarde a todas as pessoas.

Na realidade, estou muito abismada com essa conversa porque me parece que só temos dois caminhos: ou aumentamos os decibéis ou fechamos os negócios. Eu tenho certeza absoluta de que todos nós, inteligentes que somos, podemos encontrar alternativas que sejam no meio do caminho. Até para a pessoa que acabou de falar eu queria dizer o seguinte: todas as vidas importam, não somente a dos moradores do entorno, como a dos trabalhadores.

Quero chamar a atenção das empresas que estão, obviamente, fazendo os seus negócios que eu sou uma pessoa liberal, sou a favor do lucro, sou a favor de emprego e renda, então não tem nada que falar não, iniciativa privada e tal. No entanto, obviamente, a gente está no mundo ESG. Não dá para fazer negócios em detrimento do outro.

Os *stay colders*, todos eles vão ser contemplados. Precisam ser contemplados os funcionários das empresas, os clientes, os fornecedores e a sociedade em volta de vocês. Então é muito importante que tragam alternativas. Simplesmente vir aqui no microfone e falar que são dez mil empregos, cinco mil empregos e tal... Claro que a gente quer que essas pessoas estejam empregadas, em particular depois da pandemia. Eu não quero, de jeito nenhum, que essas pessoas percam o emprego.

Mas esse discurso somente não me serve, eu não estou convencido. Se vocês que

estão no microfone defendendo o aumento dos decibéis, se vocês têm uma mãe idosa morando no entorno, um filho deficiente morando no entorno, como que você vai se sentir. Pensem.

É muito importante que tragam coisas mais concretas para a mesa. Defender isso, a gente já sabe, é óbvio que isso gera emprego e renda para a Cidade. É óbvio que isso é bom para a Cidade, é bom para todo mundo. Mas está em detrimento de pessoas que estão sofrendo em volta de todo esse *show*. Não dá para a gente ficar nessa dicotomia, ou uma coisa ou outra.

Precisamos de ideias criativas. Isso pode ser que custe dinheiro, sim.

Pode, por favor, fechar o seu microfone, porque eu estou falando e está dando uma interferência.

Outra coisa muito importante que eu queria chamar a atenção, já que o delegado do PSIU está aí: o PSIU não funciona. A informação que eu tenho, Sr. Delegado – perdão, não consegui pegar o seu nome -, é que temos dez fiscais do PSIU para a Cidade inteira. Eu falei com o Prefeito e ele disse que ia dar cinco mais. Eu não sei se ele ganhou. Quinze para 12 milhões de pessoas. Tem uma coisa muito errada nisso aí. Eu já tentei usar o PSIU como cidadã e como vereadora e não funciona.

O senhor tem que levantar a sua mão e falar: “O meu negócio não está funcionando, o cidadão está sofrendo”. Não é só no entorno dos estádios, dos *shows*; são os bares da Vila Olímpia, os bares da Vila Madalena, é tudo. A Cidade está infernal porque o PSIU não funciona. O senhor preciso levantar da sua cadeira, ir lá no Prefeito falar: “O município quer mais fiscais no PSIU. Do jeito que está eu não consigo fazer o meu trabalho de forma decente. Eu sou uma pessoa decente e quero fazer meu trabalho de forma decente”.

Eu chamo aqui todas as pessoas da iniciativa privada e também os moradores; todo mundo vai ter que dar um pouco, moradores vão ter que dar um pouco, a iniciativa privada vai ter que dar um pouco. Não acredito que a única solução que a gente esteja discutindo neste momento, por quase três horas, seja absolutamente aumentar os decibéis ou deixar como está.

Gente, pelo amor de Deus! Estamos em 2021, tem tecnologia, tem um monte de coisas que podem ser feitas. Viajem, vocês, vão a Lisboa, vão a Nova York, como a Vereadora Sandra Santana falou, vão ver o que está acontecendo em outros lugares.

Por que só aqui nesta Cidade os moradores têm que... Eu sei porque eu vivo num lugar que é um inferno. E sabe o que eu fiz? Eu resolvi o meu problema, porque eu tenho dinheiro, eu botei janela antirruído no meu apartamento inteiro. Deito e durmo. Mas as pessoas que não têm dinheiro estão sofrendo com depressão, com insônia. Gente, vizinho que não dorme...

Eu faço uma sugestão para todas as pessoas que (ininteligível) seu negócio e para os moradores. Deixem essas pessoas dormirem nas suas casas por dez dias, num dia de *show*. Recomendo isso para todos os moradores que estão aí. Vão lá, deitem e vejam o que é a situação.

Vocês precisam trazer sugestões mais concretas. Eu não sou contra o lucro, muito pelo contrário. Trabalhei no mercado financeiro, sou uma pessoa liberal, mas também quero pensar a Cidade melhor para todos. Todas as vidas importam, não somente a vida dos trabalhadores. Elas importam muito, mas dos moradores do entorno também.

Muito obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Cris Monteiro.

Com a palavra, Maria Helena Spaziani, do grupo de moradores da zona Norte.

A SRA. MARIA HELENA SPAZIANI – Boa tarde a todos. Eu moro na Casa Verde, estou a dois quilômetros do Anhembi e do Campo de Marte. A minha vida virou um inferno. Eu moro lá há vinte anos. Meu marido mora lá há 67 anos. E a minha vida virou um inferno quando começaram os *shows* no Anhembi.

Hoje eu tomo remédio, hoje tenho problema de audição, porque o meu quarto está de frente, Anhembi e Campo de Marte. Eu tenho a impressão, quando tinha *shows* – e que viravam a madrugada inteirinha, acabavam 9h da manhã –, que eu estava dentro de uma caixa, uma caixa batendo no meu ouvido. E hoje eu tenho uma abelha aqui dentro. Podem rir,

mas é isso que acontece.

Eu acho um absurdo ninguém... Eu não tinha para quem reclamar, até que eu fiz uma denúncia no Ministério Público e ele resolveu o caso do Anhembi. Tudo que tinha no Anhembi está indo lá para o Campo de Marte. Quer dizer, um aeroporto que agora tem baladas, e vai ser a melhor balada de São Paulo. E aí o morador não dorme.

Eu pago, de IPTU, perto de seis mil reais e não posso dormir na minha casa? Acho isso um absurdo. Tem que mudar. Faz alguma coisa fechada, uma acústica. Eu não sou obrigada a ouvir um *show* que eu não quero ouvir. Eu estou na minha casa, eu pago os meus impostos, eu tenho meus direitos e eu quero respeito.

Quando eu falo “eu quero respeito”, a maioria da população que mora ali ao redor quer respeito, porque agora eu acabei de levantar um monte de assinaturas para o Ministério Público, para ele entrar com essa ação cível. Eu não entendo nada disso, eu sou uma cidadã, não sou advogada, nada, e eu apresentei para o Ministério Público porque eu quero dormir.

Eu não quero que não tenha *show*. Pode ter, vocês fiquem à vontade com o *show* de vocês. Mas eu e a população queremos dormir, nós queremos respeito. Quem não acredita no barulho que é feito, eu convido: vão dormir no meu quarto. Eu disponibilizo a minha cama para quem quiser passar a noite inteiro ouvindo um *show* que você não pagou para assistir.

É isso que eu tenho para dizer: eu quero respeito, por cidadã. Eu acho que todo cidadão merece respeito. Todo mundo aqui está falando de emprego, emprego, emprego. E quem trabalha no dia seguinte, que passou a noite inteira com aquele inferno na cabeça, no seu quarto, que tem que ir trabalhar, não pode faltar? Tem enfermeira, tem médicos.

Ali no Campo de Marte tem o Hospital da Aeronáutica. Como é que pode um hospital ficar com barulho? O barulho chega lá. A minha casa está depois. Eu queria entender qual que é a lógica desses eventos para quem não pagou ter de estar dentro do evento, porque o evento está dentro da nossa casa.

Era só isso que eu gostaria de falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Maria Helena. Me fez lembrar,

Maria Helena, em 1997, quando eu cheguei aqui, a primeira atividade como vereador foi levar um cheque de um milhão de reais da Prefeitura de São Paulo para o Hospital da Aeronáutica fazer isolamento acústico por causa do Sambódromo construído em frente. Nós somos o único lugar do Planeta que constrói um sambódromo em frente a um hospital.

A situação que ela está colocando aqui, se lá não está bom, imaginem no ano que vem ou daqui a dois anos, com a concessão, privatização do Campo de Marte. Então já está convidada para o movimento que nós vamos fazer aqui para que a gente possa conviver com o aeroporto. Nós não queremos arrancar o aeroporto para lugar nenhum, mas conviver com aeroporto dentro uma harmonia de ruídos. O que é possível. Tem aeroporto urbano no mundo todos, mas do jeito que vai caminhando a situação da privatização no Brasil, com os aeroportos, o entorno é quase que impossível de ser tratado. Basta ver o nosso aqui.

Próximo orador, Ricardo Felipe Belardo. Está aqui? (Pausa) Elenita Goldstein.

A SRA. ELENITA GOLDSTEIN – Sim. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Elenita, tem a palavra.

A SRA. ELENITA GOLDSTEIN – Boa tarde. Meu nome é Elenita Gerard Goldstein. Eu moro aqui no Sumaré desde que nasci e eu gostaria de contar rapidamente o que aconteceu conosco na casa dos meus pais, na Rua Petrópolis, no Sumaré.

A viatura policial parou em frente de casa e pediu que abaixássemos o som, e nós dissemos: “Olha, o som não é daqui, o som é da casa que fica atrás da nossa”. A nossa casa fica numa rua estritamente residencial, antigamente chamava-se Z1, e a casa que emite o som fica na Avenida Dr. Arnaldo, que não sei se é uma outra zona. Existe uma incompatibilidade entre a zona onde está localizada essa casa, que inclusive está irregular, e a nossa.

O nosso temor é que, se essa proposta for aceita, abre um precedente e mais dia, menos dia nós teremos que conviver com esse som que vai acima dos 45, 55 decibéis aceitos na nossa região, na região que é estritamente residencial.

Isto posto, eu gostaria de fazer algumas pontuações ao que foi dito até agora.

Falou-se que a Cidade é viva, que evolui, mas eu queria dizer que evoluir não é

impor ao ouvido humano o que ele não pode e ao que ele não deve ser submetido, então realmente não há como negociar neste ponto. O nosso ouvido, quando sofre, quando existe perda auditiva, ela é definitiva.

Evoluir, no meu entender, significa buscar tratamento acústico aos locais que emitem som acima do permitido ou do som que cause desconforto. Evoluir significa considerar que, se os eventos geram empregos, eles também estão depreciando o valor dos imóveis no entorno. Ninguém até agora mencionou isto. Os imóveis que estão no entorno e que são submetidos a um som acima, você quer vender, você não consegue, a não ser que baixe o preço lá embaixo. E como disse outra moradora, eu pago meus impostos e não são impostos quaisquer, eles estão bastante elevados.

Então uma solução seria... A Cidade, sim, tem vocação e necessita de entretenimento, mas entretenimento que seja compatível com o local e o entorno. O entretenimento é que precisa ser compatibilizado com a Cidade, no que a cidade comporta.

Então é isso que eu gostaria de complementar, e solicitar encarecidamente que... Somos humanos e temos limitações e estas limitações têm que ser respeitadas.

Então é isso. Muito obrigada pela possibilidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Regina Zaidan está presente? Já chamei uma vez. (Pausa) Regina, tem a palavra.

A SRA. REGINA ZAIDAN – Bastante considerado tudo o que os moradores têm trazido a vocês. Eu também sou favorável a que a Cidade tenha sua diversão, que todos os empregos sejam mantidos e gerados mais empregos. Porém vocês têm que ver que vocês vão acabar tirando o emprego de quem mora no entorno desses lugares, porque nós vamos adoecer.

A questão dos decibéis, se ainda fosse só na hora dos *shows*, seria até razoável que ficássemos... (Falha na transmissão) ...nós estamos trabalhando para que fique. Já é difícil, mas vocês não têm ideia, não sabem que isso começa de manhã. São helicópteros, flanelinhas gritando, carros estacionando. Quando tem umas corridas, as pessoas chegam

5h30 da manhã, estacionam e saem gritando, fazem lanche no entorno. O barulho é sempre muito grande, não só no momento dos eventos. Isso é que tem de ser considerado.

Então que os locais previnam-se para que possa colocar os decibéis que eles queiram, invistam... (Falha na transmissão) ...muito dinheiro. Os patrocinadores têm que investir mais, os donos têm que investir, porque nós, moradores, só sofremos as consequências negativas. E isso abrange um entorno muito grande e que... (falha na transmissão)... a lei que seja favorável a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Regina Zaidan.

João Moreirão, está nos ouvindo? Tem a palavra.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – João, há uma dúvida aqui. Cadê o chapéu?

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Em consideração a V.Sa. eu deixei o chapéu em casa.

- Manifestações simultâneas. Registro prejudicado.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Senhor Presidente, Srs. Vereadores, membros da sociedade, eu gostaria de levantar aqui uma questão...

A SRA. CRIS MONTEIRO – Perdão, eu não escuto o senhor. A Sra. Regina precisa fechar o microfone, porque não dá para ouvir.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Eu gostaria, antes de entrar nas considerações sobre o projeto, eu só queria fazer uma observação, respeitosamente.

Teve um vereador que falou que o interesse privado pagou salário, e não é o público, é toda a sociedade. Eu acho até que é bom, correto, mas aproveite (ininteligível) represente a todos, todos é que pagamos o correto e é correto que o façamos.

Agora, eu queria também dizer o seguinte: eu ouvi aqui o argumento de que esses contratos desses *shows* são feitos com muita antecedência, doze meses, e que também é insegurança jurídica. Bom, isso é o que acontece quando a gente quer fazer uma atividade ilegal. Se a gente quer fazer uma ilegalidade, dá insegurança jurídica.

Eu proponho que vocês ganhem dinheiro dentro da lei, como eu faço para pagar o

leite das crianças. É simples, é melhor do que dizer “muda a lei para que a minha ilegalidade vire uma coisa legal”. Porque, objetivamente, poluição sonora se enquadra nas leis ambientais e existe um princípio no Brasil, já consagrado pelos tribunais superiores, de não retrocesso. E isso que está sendo proposto é um retrocesso ambiental que não pode existir.

Eu moro na Casa Verde, eu moro a 1.700 metros do Anhembi e é um inferno. Ainda tem um morro no meio. É um inferno à noite e às madrugadas. E agora o Campo de Marte. E quando tem *show* no Allianz Park eu não tenho lugar da casa para onde ir, porque pega dos dois lados, porque eu moro à mesma distância do Allianz Park. E eu já morava lá antes do Allianz Park querer ganhar dinheiro à custa da saúde da população.

Ganhe dinheiro honestamente e em paz. Faço aqui um desafio: apresente a esta comissão as folhas da Gfip, que eu quero ver esses empregos, de antes da pandemia e de depois da pandemia. Eu garanto que vai ser uma mediocridade de empregos. Esse argumento de que tem os trabalhos temporários, fazendo algo que prejudica a população, puro absurdo. Vamos aplaudir o tráfico que garante muito mais e muito mais permanentemente. Essa é a questão. E tem essa questão ambiental. Não pode ter retrocesso.

E parabéns, Srs. Vereadores. Eu ouvi de um Secretário Municipal da Secretaria das Subprefeituras – aliás, tem até aqui um testemunho, o atual ouvidor da SP Turismo – que a diferença entre um baile *funk* e um pancadão é o alvará. E é verdade, porque os pancadões que são feitos no Anhembi chegam a fazer propaganda de DJ do Paraisópolis. Então a diferença é o alvará. É claro, tem outras diferenças, o preço do ingresso e o preço daquilo que é comercializado lá dentro; o resto é tudo igual. Um tem alvará, o outro não tem alvará, o resto é tudo igual. Então não é possível.

E agora nós temos o problema do Campo de Marte que, no acordo que foi feito pela Prefeitura com a União, entre São Paulo e a União, ele se baseia numa decisão judicial que considerou que o Campo de Marte é municipal, mas que a Aeronáutica tem direito por razões de segurança nacional. Eu pergunto: pancadão no Campo de Marte é questão de segurança nacional? Então esse acordo está errado. A Aeronáutica não precisa do Campo de Marte,

porque pancadão não é questão de segurança nacional, mas sim de questão de insegurança municipal. Essa que é a realidade.

Se a Aeronáutica quer o Campo de Marte para a Infraero fazer contrato com aqueles antigos galpões de aviação em latão para fazer pancadões... Teve até já um problema de um cara que esteve invadindo a área militar doidão e tal, quase levou um tiro.

Se é para fazer pancadões, então qual é a questão de segurança nacional no Campo de Marte? Acho que a Câmara deve rever essa questão, é importante. Porque aí o Município possa se beneficiar do maravilhoso parque ali. Então eu acho que esse é o grande problema.

Como é que se resolvem esses grandes *shows* imensos em qualquer lugar do mundo? Ora, meu Deus, quem tem dinheiro para pagar R\$ 500,00 para entrar num pancadão no Anhembi, pode muito bem pegar o carro e ir a um *show* fora da Cidade, numa fazenda onde não incomoda ninguém. É assim que se faz no resto do mundo. E aí não incomodam ninguém.

Eu sou produtor cultural de música, não disso aí, também quero dizer o seguinte: quanto pior a qualidade da música mais alto toca. Vocês já repararam isso? Um bom chorinho, um bom jazz, uma boa música popular brasileira, músicas de câmara, são baixas, não incomodam os vizinhos. Você faz seus *shows* e não incomoda os vizinhos.

Agora, esses pancadões imensos, que não se pode chamar de música, realmente, têm de ser altos, porque a pessoa tem de ficar doidona pela altura do som, senão não vai apreciar nada. Essa é a questão. Então eu proponho que façam fora da Cidade, não precisam nos incomodar.

Eu morava lá, como todos os moradores, nós chegamos lá antes de ter isso, que representa um retrocesso na política ambiental sonora. E mesmo os que foram morar lá depois, foram morar em prédios com alvará da Prefeitura, com Habite-se da Prefeitura. Então eles foram morar dentro da lei a Prefeitura não podia, se é assim não deveria ter autorizado que se construíssem prédios residenciais ali. Porque as pessoas quando vão para lá e compram ninguém diz: Olha, tem som, você não vai dormir aos fins de semana. Não tem corretor falando

isso.

São essas as questões que eu gostaria de apresentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Moreirão.

Senhores, não há na nossa listagem mais oradores inscritos. Vou passar para a Marília que representa, neste ato, o Executivo, a SP Urbanismo. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Qual o nome? Marcio venha aqui.

Diga o seu nome para registro. Desculpe a falha, não sei o que aconteceu.

O SR. ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos, boa tarde Presidente, boa tarde à mesa. Sou o Antonio Pereira de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Município de São Paulo.

Obviamente, nós estamos neste evento que é público. Como Sindicato, não viemos para apontar quem é certo, quem é errado. Afinal de contas, votamos nos vereadores que, com competência e capacidade, chamaram esse evento justamente para ouvir a sociedade.

Eu ouvi e respeito todos. Mas nós temos de discutir a questão do emprego sim. Eu também sou um cidadão, moro em São Paulo, zona Leste, na periferia e sofro também, como o antecessor disse aqui, com os pancadões. Sei o que é isso. Sei o que é chegar a 100 decibéis dentro da minha casa. Mas nem por isso vou chegar aqui e dizer que sou contra os empregos.

Eu, como representante dos trabalhadores - desculpe eu não gosto de fazer discurso na primeira pessoa -, mas nós temos de discutir a questão da saúde pública, deve-se discutir é para isso que estamos aqui, é para isso que todos devem ser ouvidos. Mas a questão dos empregos tem de ser colocada aqui sim.

Afinal de contas, só vigilantes e segurança pessoal privada, por final de semana, sexta, sábado e domingo, nesses eventos, nos grandes eventos, principalmente, agora com o final da pandemia que ainda não foi decretada, são seis mil trabalhadores.

Temos de ter a compreensão e discutir sim a questão dos empregos dessas

peessoas. Afinal de contas, como é público e notório para todos aqui, os bancos estão fechando e os trabalhadores vigilantes estão perdendo os postos de serviço. São justamente esses grandes eventos que estão absorvendo essa mão de obra.

Portanto, Sr. Presidente, mesa, a todos, o Sindicato dos Vigilantes de São Paulo jamais vai dizer que a questão da saúde pública não deve ser discutida, é para ser discutida sim.

Teve uma Vereadora que disse que nem todo mundo tem condições. Eu gostaria também de ter dinheiro para colocar porta e janela na minha casa, não ouvir ninguém lá fora, para que os decibéis do pancadão não chegassem a 100 dentro da minha casa. Não é por isso que vou apontar o dedo para as empresas e para os trabalhadores que vão perder seus empregos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Antonio. Desculpe pela falha.

Há um munícipe que foi inscrito e está com dificuldade de entrar. Diga seu nome, pode iniciar.

O SR. FABIO - Meu nome é Fabio, eu sou do Coletivo Pompeia Sem Medo, agradeço a oportunidade de falar. Eu não compreendi muito o momento em que se colocou em contraposição a necessidade de diminuição do barulho e do som de uma empresa privada com a garantia dos empregos dos trabalhadores, inclusive, desses que estão aqui. Essa é uma falsa contraposição.

Toda sociedade segue uma única regra de respeito a um determinado – eu não sei o termo técnico -, mas a altura do som. Uma empresa de eventos vai ser beneficiada por um privilégio porque ela não pode fazer adaptações, reduzir o som?

Eu acho que há uma inversão aqui do papel desta Casa. A Câmara Municipal defende os interesses públicos aqui há uma inversão, uma defesa explícita de que uma empresa seja beneficiada e ninguém fala sobre o que ela pode fazer para reduzir isso. O rapaz da Allianz. Eu ouvi a sua fala, prestei bastante atenção.

O que a Allianz pode fazer para garantir o emprego dessas pessoas e de todos os trabalhadores, o que é muito importante, abaixar o volume e beneficiar o entorno. Esse é o ponto em comum a que se deve chegar aqui. Fora disso, a gente está falando de um benefício para a empresa que você trabalha que está fora do bem comum da Cidade.

A minha fala vai nesse sentido. Sei que o Vereador é palmeirense, sei que o Milton Leite, Presidente da Casa é palmeirense...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO - É corintiano? Olha... O Prefeito Ricardo Nunes é palmeirense. Eu sei, pode ser uma coincidência, mas vamos deixar o coração alviverde de lado, para a gente fazer o melhor para a Cidade. Eu sou corintiano, mas não é por isso que estou comprando briga com vocês. Está bom?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Fabio. Vou passar a palavra para a Marília, que fala em nome do Executivo, para que possa passar rapidamente sobre algumas questões que foram colocadas de ordem técnica. Em seguida, faremos o encerramento, com dois minutos para cada um dos Vereadores que estão ainda presentes.

A SRA. ELY TERUEL – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pois não, Vereadora Ely Teruel.

A SRA. ELY TERUEL – Estou acompanhando, estou no trânsito, mas desde o primeiro momento estou acompanhando. Eu gostaria de, antes de encerrar, também falar uma pequena... algumas palavras, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereadora Ely, vou pedir à Marília para que suspenda a fala e passo a palavra para a senhora que é Vice-Presidente da Comissão de Política Urbana. Tem a palavra.

A SRA. ELY TERUEL – Obrigada, Presidente. Boa tarde a todos. Estou numa agenda também na rua, peço desculpas de não estar presente hoje. É uma agenda bastante corrida. Mas faço questão de estar acompanhando virtualmente.

Vou até expor um pouco do meu início de trabalho quando, ainda muito jovem, iniciei os trabalhos fazendo eventos, principalmente na região do Anhembi e em outros centros de convenções, enfim. Por 10 anos, trabalhei muito nessa questão de grandes eventos. Foi onde eu sustentei minha mãe, meu pai, que apenas tinha a aposentadoria.

Sou super a favor de manter, obviamente, os eventos, porém tenho grande preocupação quanto à causa sonora, que é o que está sendo pontuado hoje. Acho que teremos de discutir muito sobre essa questão. Não acho que os eventos, principalmente, em tempos de pandemia, foi um momento em que a categoria sofreu demais. Houve pessoas que passaram fome. Ajudei muitas pessoas dentro das minhas condições.

Mas a questão é muito humana e de saúde, quando a gente também pode olhar para o idoso, para o morador que está ao redor dos estádios, principalmente, porque como nós ouvimos na conversa desta reunião, não quero dizer apenas à questão sonora, mas à perturbação, os animais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Travou.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. ELY TERUEL – ...favoráveis como também acho que tem de haver mais discussão, porque a parte de entretenimento na Cidade é excelente, a nossa cidade é referência no mundo para os grandes eventos. Mas nós temos de nos preocupar com as famílias ao redor desses eventos.

A minha dica é também, como o nosso munícipe acabou de falar, eu gostaria de saber se esses locais que têm esses grandes eventos têm projetos para melhoria da acústica.

Aqui está a minha fala com relação a esse tema tão importante para a nossa cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Ely Teruel.

Marília, com a palavra.

A SRA. MARÍLIA PEDROSO LUCAS – Obrigada, Presidente.

Eu acho que foram colocadas questões técnicas e os anseios da população. Cumpre à Secretaria de Urbanismo e Licenciamento pontuar algumas questões tanto técnicas como as que causaram algumas reflexões sobre o assunto.

Primeiro, para a gente entender que a tríade urbanística, o PDE, o COE e a LPUOS, foram aprovados nesta Casa com participação popular. O PDE vem do Estatuto da Cidade. Até foi uma coisa colocada pelo Rodrigo Goulart, depois por um outro representante da sociedade civil, que se estariam ou não cumprindo a função social.

Mas o que é a função social? Não é só a qualidade de vida e a justiça social, ela é também o desenvolvimento de atividades econômicas. Isso está descrito na própria lei federal.

Acho que também é importante a gente colocar como que é feita a medição pelo PSIU? Embora eu não seja da pasta das subs, eu já ocupei essa função de Supervisora Geral das Subprefeituras e não faria sentido você ter um perímetro demarcado como ZM – Zona Mista, baixa ou alta densidade, não me lembro, já que estamos falando muito do Allianz, o instrumento o equipamento urbano determinado como ZOE.

No caso do Allianz, a CTLU determinou como ZM, acredito eu, porque ela quis ser mais conservadora. Mas a lei urbanisticamente quis trazer diretrizes diferentes para esse equipamento urbano. A medição é feita com o zoneamento que o equipamento urbano está inserido. Se o equipamento urbano está inserido na ZOE os parâmetros a serem atendidos são os da Zona de Ocupação Especial. Acho que esse é um primeiro ponto.

Não querendo me delongar muito, mas eu acho que a gente tem de trazer aí a reflexão como eu mencionei. Por que que a Prefeitura, o Município, tem que fiscalizar o ruído oriundo do equipamento urbano o estádio? E aí eu vou fazer um contraponto com a construção civil. Quando a gente pega os artigos 112 e 113 da legislação, falam sobre os usos residenciais e não residenciais, que todos esses usos têm de atender parâmetros de incomodidade. Dentro dos parâmetros de incomodidade estão os ruídos.

Se nós pegarmos uma obra, ela não é um empreendimento, mas uma fase que posteriormente nós teremos uma construção. Então a obra foi tida como um caso omissivo

dentro da lei e foi possível o Executivo criar um decreto, creio seja de conhecimento de todos, que incluiu por períodos prolongados – eu até gostaria de mencionar aqui porque acho que faz parte da reflexão – ele colocou que limites de pressão sonora de 85 para o período compreendido entre 7h e 19hs. Um período longo, enquanto a gente tem a contrapartida de uma situação que estamos falando de períodos mais curtos.

Aí o contraponto é economia, qualidade de vida, convivência público privada, diretrizes que são da nossa própria legislação de uso e ocupação do solo, até a revisão do PDE que vai ser debatida nesta Casa, em breve, colocar qual a diferença do setor da construção civil para o setor de promotores e produtores de eventos? Eu acho que é uma reflexão muito importante.

Eu creio que posso ir além num ponto. Eu estive, por três anos, como Coordenadora do Setor de Edificações de uso Residencial, da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Todo mundo sabe aqui que não é mentira eu dizer que tem um prédio residencial saindo na sua rua. Tem, não tenho dúvidas, porque eu liberei os alvarás, porque eu estava lá trabalhando incessantemente durante a pandemia, inclusive, e nesses três anos houve um ritmo mais acelerado de emissão de alvarás. A construção civil teve um crescimento.

A gente tem de fazer o contraponto, a obra está lá, incomoda muita gente também, acho que não é uma questão de jurisprudência. Mas é uma questão de entender o objetivo urbanístico mesmo, que o Plano colocou para a gente, e de convivência em sociedade.

Creio que o equipamento, seja o Allianz, seja o Pacaembu, seja outro, eles já existem.

Para finalizar a questão do debate, enquanto eu estive como supervisora geral que eu me deparei com essa questão do Allianz, no PSIU, eu me lembro de ter sido comentado, ter sido apresentado em discussões de que eles tinham feito estudos. Acho que a Casa deveria, sim solicitar para equipamentos urbanos significativos, dentro do Município, que apresentem estudos de como se pode dirimir, ou melhor, mitigar as questões poluição sonora para situação de conviver bem com o bairro. Porque eu acho que é a intenção de todo mundo.

Até acredito que são empresas idôneas, a gente vai desse ponto que a reclamação, quando a Vereadora Cris Monteiro colocou que o PSIU não consegue atender, é um fato. Eu acho até que é uma questão de - eu como funcionária pública - valorizarmos também os funcionários, porque, por fim, o trabalho é demasiado para uma cidade do tamanho de São Paulo.

Então, realmente, eu acho que ficam essas questões para pensarmos e posso concluir, só, com a própria definição de ZOE. Vamos pegar o artigo 15, se qualquer um quiser ler. Se ele não quisesse ter destinado como um uso especial e falado dos equipamentos, não faria sentido algum toda a discussão por CTLU, ou por qualquer parte, ou estarmos aqui, hoje.

Eu acho que, basicamente, por parte de Urbanismo e Licenciamento, é essa a posição de reflexão, de apontar fatos, e não emitir, assim, opinião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sra. Marília. Vamos passar a palavra, para um comentário rápido.

Nós precisamos tomar muito cuidado com esse assunto, para não transformar a cidade naquilo de que já quase saímos. Quem, aqui, se lembra da Lei da Cidade Limpa? Quando saímos da cidade de São Paulo é que percebemos como as outras cidades são sujas e porcas. Basta atravessar a divisa, aqui. Entre em qualquer um dos municípios do lado e você já começa a topar com tudo quanto é painel, aquela lambança toda. Nós precisamos preservar isso, realmente. Não há outra maneira.

Eu sou médico. Então, eu não abro mão da discussão do ruído como um problema de saúde pública – não há como. Eu sou cardiologista. Está claríssimo nas pesquisas. Isso é inquestionável. Não há mais como discutir. Hipertensão arterial e ruído andam juntos. Não é nem do lado, mas juntos. Da presença da hipertensão arterial em pessoas submetidas acima de 85 decibéis, então, nem se fala. Os 85 decibéis saem muito mais da legislação trabalhista. Quem está submetido a mais de 85 decibéis está submetido a uma atividade chamada de insalubre. Portanto, ele trabalha menos, ou por menos tempo, ou paga-se mais por essa saúde que ele vai perdendo.

Senão, nós vamos entrar em um ciclo igual àquele em que entrou a indústria do fumo. Durante determinado momento, o governo militar, na época, fez uma permuta muito curiosa: aumentou muito a carga tributária do cigarro, passou para 70%, desde que eles passassem um percentual grande desses para a saúde. Aí, eu fico vendendo a saúde dos nossos compatriotas em troca do imposto. Então, permito você fazer propaganda, vender cigarro à vontade, desde que você me pague o imposto para que eu possa pagar a saúde. Para cada câncer internado, tinham de fazer radioterapia e muitas vezes morriam – e não tem preço tudo isso.

Então, nós precisamos compatibilizar as atividades. Ou seja, o ruído tem de ser tratado com muita responsabilidade, ainda mais na Câmara Municipal de São Paulo, porque o risco é muito grande de aprovarmos uma legislação aqui e o “copia e cola” acontecer no Brasil inteiro. Vejam bem, em 2014, a Prefeitura de Salvador aprovou uma lei permitindo que durante o Carnaval você tenha de 85 a 110 decibéis – 25 dias antes, também; 10 dias depois, também; 10 dias antes do São João, também; 10 dias depois do São João, também. Aí, são permitidos 85 na Praia Vermelha. Isso é permitido no Fonte Nova. É permitido no Pelourinho. Então, liberou geral. Desde 2014, a lei está valendo em Salvador. Você vai a Salvador, desce do elevador do aeroporto e já encontra uma cidade barulhenta, exceto quando você vai para a praia, onde você não tem barulho, ou o barulho é menor. Então, nós precisamos tomar muito cuidado para não transformarmos esta cidade, porque não falta ZOE.

Eu fui Relator da Lei do Zoneamento. Há muita ZOE demarcada. Nós banimos, na Lei de Zoneamento, a atividade de curtume na cidade, para que não tenhamos de conviver com o odor. Baniu-se. Não há. Não há nem a classificação para curtume. É para não ter, mesmo. É fora daqui. Quer fazer curtume? Vá fazer na zona rural, e longe de nós. Então, isso foi tirado das nossas vidas. Nós não podemos permitir trazer, depois, outras atividades incômodas.

Agora, aos empreendedores, nós achamos muito importante gerar emprego, etc. e tal, mas existe mecanismo de mitigação de ruído. Nós temos chance de tratar esse ruído de

uma forma ou de outra, ou de ter redução do ruído. Quem conhece um pouco da América do Norte e um pouco da Europa sabe que lá há essas atividades em ambientes onde há tetos que são retráteis e que têm uma redução do ruído muito grande. É acústico. “Ah, mas, é muito caro.” Então, mas, para ganhar dinheiro, tem de investir, também. Aí, permite-se a convivência. Quem viveu nos Estados Unidos viu de perto as arenas, onde há basquete o tempo todo. Todo dia há e não se ouve o ruído do basquete, morando no prédio da frente. As arenas são fechadas. Por quê? Até por causa da neve. No verão, muitas vezes, elas abrem, mas, na grande maioria das vezes, são fechadas.

Então, nós temos de achar um mecanismo. Nós não queremos que a iniciativa privada vá embora daqui. Nós queremos trazer os eventos para São Paulo. Nós temos toda chance de ser a capital do evento da América Latina. Com certeza, temos, mas o cuidado é muito grande.

O texto que o Governo mandou para cá não é um texto que mandou para provocar nem para criar problema. Ele encaminhou para que pudéssemos provocar, realmente, a sociedade, os empreendedores, as associações de moradores, para que encontremos um caminho. Nós não queremos expulsar ninguém de São Paulo. É muito ruim.

Nesse território que foi colocado aqui, da zona Norte, é verdade: você chega ali, agora, e o ruído realmente incomoda muito. Os moradores que estão lá não suportam mais e são bairros onde as pessoas ficaram muito idosas. Não é permitido, também, construir prédio novo alto. Portanto, não há o jovem – diferentemente da região do Palmeiras, onde, por causa dos eixos do metrô, no zoneamento, permitiu-se construir quatro vezes o terreno, sem limite de gabarito, e todo mundo que está mudando para lá, quase 80% dos compradores daqueles prédios, ali, do entorno do Palmeiras, são jovens, com financiamento de 25 anos, porque um camarada de 70 anos não vai fazer financiamento de 25 anos, lá. Aí, ele muda para lá e vai conviver com esse ruído.

Quem comprou e souber disso agora já perdeu dinheiro na planta. Não tenham dúvida. A atividade econômica gera emprego, gera lucro – ótimo, mas quem fez o investimento

não foi avisado de que isso podia acontecer e já perdeu dinheiro. Nós batemos de frente, na atividade econômica. Deprecia, mesmo. É uma coisa interessante. Não há como você conviver com esse ruído. Basta ver os condomínios que ficaram cortados pela Avenida Bandeirantes, quando ela foi inaugurada. Na Europa, há as barreiras acústicas na estrada – hoje, já transparentes, com algum produto derivado de acrílico, para que não tire nem mesmo a visibilidade do ambiente do entorno. A Itália toda é assim.

Eu acho que este fórum é muito importante, sem radicalizar. Nós saímos daqui, hoje, melhores e maiores do que entramos, com certeza, com mais conhecimento, mais facilidade de caminhar para algum consenso, para algum caminho, mas temos de discutir outras vezes. Vamos voltar a ter mais audiências públicas, trazer um público diferente, ouvir outras pessoas, ouvir mais especialistas. Não tivemos condição de ouvir o IPT. Há a Sociedade de Otorrinos e a Associação Médica Brasileira. Vamos ouvir todos esses atores. Eles precisam participar conosco. Temos de trazer não só a Sra. Marília, mas também o Secretário do Licenciamento Urbano e outros atores da própria Prefeitura, para que se possa facilitar esse tipo de discussão.

Desculpem-me. Acabei me alongando, mas eu me entusiasmei. Nós estamos aqui, hoje, e não é bem uma audiência pública. Nós estamos socializando a angústia. Nós temos um problema e estamos dividindo com todos vocês. Vocês estão convivendo com esse problema e vieram aqui, dividir com todos nós. Portanto, nós sairemos daqui, com certeza, melhores e maiores do que chegamos. Obrigado.

Vou passar a palavra ao Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Vou procurar ser bem rápido. Eu já sou Vereador, aqui, há alguns anos. Toda vez que confrontamos algum interesse privado, o discurso é o mesmo: é o emprego. Nós somos preocupados com o emprego, mas nós estamos transformando em: “se não aumentar para 85 decibéis, nós vamos acabar com os eventos na cidade de São Paulo”. Não é isso. Aliás, os eventos existiam antes do Allianz Parque. Não foi o Allianz Parque que trouxe evento para a cidade de São Paulo, ainda que ele seja muito qualificado e traga bons eventos. Então, eu quero limpar esse assunto,

assim, porque não é uma coisa contra a outra e aqui algumas pessoas já disseram isso. Não se trata disso.

Até onde eu fui informado, desde 2018, há uma discussão mediada pelo Ministério Público com o Allianz Parque, com a sociedade civil. Há um laudo do IPT, que mediu os decibéis em vários *shows*, dentro do Allianz Parque e nas residências do entorno. Há uma disposição, até onde eu sei, do IPT, de discutir medidas mitigadoras com o Allianz Parque. Agora, tem de ver se o Allianz Parque quer investir dinheiro ou quer mudar a lei, porque a engenharia eu já aprendi. A engenharia e a tecnologia resolvem quase tudo. Tem de ver o preço. Tem de ver se a equação fecha. Vocês são uma empresa. Ninguém quer quebrar o Allianz Parque, mas é possível discutirmos essas alternativas. Eu quero discutir alternativas concretas.

Por isso, acho muito boa a iniciativa, Vereador Paulo Frange, de trazermos o IPT na próxima audiência pública, porque, aí, nós vamos fazer uma discussão técnica, uma discussão do que é possível fazer, de até onde podemos ir, do que é possível mitigar, de qual é o impacto disso no entorno. Por que mudarmos a lei, com critério econômico? Não consigo entender por que vai para 85. É porque as obras, das 7h às 19h, foram para 85? Não me parece razoável.

Então, pretende-se mudar uma regra geral para resolver um problema que podemos discutir em um ambiente de negociação entre vários atores, com a participação dos moradores, com a participação da empresa, com a participação da Câmara, do Ministério Público, de quem for. Acho essa discussão mais saudável do que mudarmos a legislação – que até pode ser mudada. A legislação não é imutável, mas exige um debate muito maior do que fazer duas audiências públicas, às pressas, porque o Prefeito pediu. Só para dizer: eu sou palmeirense. Não tenho problema nenhum. Fiz a lei da Rua Palestra Itália. Frequento o Allianz Parque, mas não acho que as coisas possam ser feitas dessa forma. Está bom? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Antonio Donato. Vereadora Silvia da Bancada Feminista, tem a palavra.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Primeiramente, eu quero cumprimentar o Presidente pela condução democrática da audiência pública. Que tenhamos mais, como S.Exa. disse, com outros atores presentes.

Quero dizer que acho, também, que houve uma falsa polêmica em relação à geração de emprego e ao bem-estar da saúde pública da população. Acredito que, se, por exemplo, o Allianz Parque quer gerar emprego, deve fazer um investimento. Mude a estrutura do estádio. Coloque teto retrátil. Entrei no Google e vi vários estádios pelo mundo que fizeram isso e hoje têm *shows*. Invista, porque investimento gera emprego. Contrate empresas de engenharia e construção civil. Vai gerar emprego para a cidade.

Então, aqui, não se trata daqueles que querem emprego e daqueles que querem saúde. Queremos a saúde, em primeiro lugar, e emprego, também. Basta que os senhores invistam. Façam investimentos, porque os senhores têm ganhado muito dinheiro com os *shows*. Têm dinheiro para investir e gerar mais emprego, ainda.

Queremos, sim, emprego, mas queremos, acima de tudo, que a população durma, que a população não sofra, que a população não fique tomando remédio de tarja preta para poder morar na casa por que ela paga imposto. Então, isso não é justo e é por isso que não dá para aceitarmos esse projeto do jeito que está.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Silvia da Bancada Feminista.
Vereadora Cris Monteiro?

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Presidente. Na realidade, eu quero terminar agradecendo, obviamente. Esta audiência pública foi muito iluminadora para toda essa questão que vimos discutindo. Eu insisto no ponto de que não há por que ficarmos na dicotomia entre o aumento de decibéis e o receio de que a economia vá falhar. Por outro lado, também, há os moradores.

Então, eu gostaria muito de reforçar meu ponto, de que precisamos trazer ideias criativas. Todos nós somos pessoas inteligentes, capazes. Eu conto, obviamente, com todo mundo, aqui, com todos que puderam fazer uso da palavra.

Eu quero só insistir um pouco na questão do PSIU. Eu não sei, ainda, se o Delegado do Psiu está aí e se poderia confirmar para nós a informação que eu tenho, de que temos apenas 10 fiscais do Psiu para a cidade inteira – se isso é fato ou se é lenda do saci-pererê ou da mula sem cabeça. Porém, essa é a informação que eu tenho.

Também, até gostaria de publicamente pedir uma reunião com o senhor, para discutir várias outras questões da natureza de incomodidade. Quero dar sugestões. Quero colaborar. Quero pensar com todos, e não somente ficar na crítica.

É por isso que eu insisto muito e volto a falar da questão do ESG. De novo, eu vim da iniciativa privada. Minha vida foi na iniciativa privada. Eu sou a favor do lucro, do resultado, mas sei o que é estar na iniciativa privada. Esses desafios estão sempre prementes e, de novo, fazem com que pensemos de forma criativa. Então, eu acho que estamos falando da agenda ESG. Eu estava até falando, agora, com uma pessoa do meu gabinete. Os senhores vieram e falaram dos empregos – e foi a única coisa que os senhores falaram. Isso obviamente não está convencendo ninguém. Eu acho que os senhores precisam ter um discurso mais criativo, mais inteligente, mais compassivo. Insisto: é muito importante que os senhores tragam sugestões, porque, entre os senhores e os moradores obviamente há um desbalanço.

Não sei quem falou que também não faz sentido mudarmos a lei para que o negócio possa continuar. Precisamos respeitar. Eu acho que a lei é anacrônica, como a vasta maioria das leis que estão aí, regendo a nossa cidade. Precisamos revisar muitas coisas. Eu sou Vereadora de primeiro mandato. Estou vendo que o novelo de lá é muito mais complicado do que eu imaginei, antes de entrar na Câmara, mas eu acho que dá para pensarmos criativamente.

Inclusive, eu me coloco à disposição de todas as pessoas que estão aí, do lado dos eventos, dos *shows*. Querem falar comigo? Meu gabinete está absolutamente aberto. Estou à disposição dos senhores. Vamos pensar juntos. Tenho outros problemas dessa natureza e eu estou trazendo a iniciativa privada para discutir. Estamos chegando a alternativas positivas e criativas. Então, fica aqui o meu compromisso de não ficar nessa dicotomia, de um lado, ou uma coisa, ou outra. Temos de ter soluções criativas e que cada lado conceda um pouco.

Gostaria de, mais uma vez, reforçar: se o Delegado do Psu puder confirmar a informação, agradeço. Também gostaria de pedir, publicamente, uma reunião com o senhor, por gentileza.

Obrigada, Vereador Paulo Frange. Parabéns pela condução da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Vou dar a palavra, apenas, para mais um, só, pois nós temos de entregar, aqui. O nosso representante do Allianz quer falar?

O SR. CLAUDIO MACEDO – Muito obrigado, Presidente. Eu acho que é muito importante só deixar claro que o Allianz Parque e a WTorre não redigem lei, não propõem lei – e a forma com que isso tem sido colocado é quase como se houvesse uma lei a pedido do Allianz Parque. Existe um projeto, igual o Vereador Antonio Donato explicou, um trabalho sendo feito com o Ministério Público, no caso do Allianz Parque.

Eu entendo que essa lei foi tratada para vários ativos no Estado de São Paulo, incluindo vários ativos públicos, e nós fomos convocados para participar como representantes, do lado de eventos. Então, é muito importante deixar claro, porque fica parecendo que é uma lei que está sendo tratada para o Allianz Parque.

Inclusive, temos aqui a autoridade do Psiu, que fez as medições e sabe que os níveis medidos no Allianz Parque não chegam nem perto de 85 decibéis. Então, se fosse alguma coisa para o Allianz Parque, inclusive, seria mais suave, mais fácil.

Espero ter a oportunidade, depois, de tratar dos outros assuntos, como as ideias de fechamento, e de explicar como é que isso e várias outras coisas também são impedidas de acontecer, por questões, também, de segurança. Como eu mencionei, antigamente, existem regras de acesso à saída de multidão e de acesso à saída de bombeiros, que geram portões – o que faz com que o ruído saia. Todas elas estão sendo tratadas no âmbito da audiência pública.

Então, inclusive, convido as pessoas que propõem os investimentos para melhorar, para que também possam participar desse processo e conhecer um pouquinho mais.

Agradeço muito e obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Fica, portanto, encerrada a audiência pública ao PL 239/2018.

Quero agradecer a todos os que estiveram presentes conosco e colaboraram. Desejo uma boa tarde, um bom início de noite e um bom retorno. Muito obrigado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19184** DATA: **28/04/2022** FL: **57** DE 57
